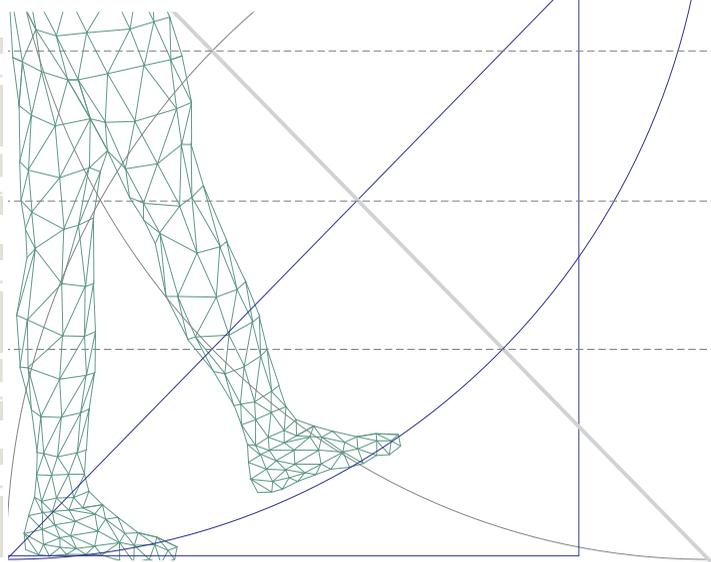
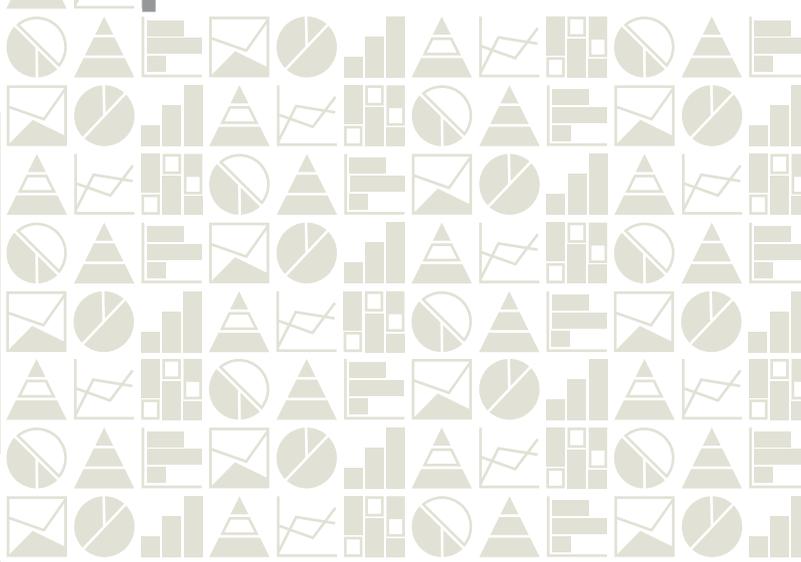


# INOVAÇÃO A SERVIÇO DO CONTROLE

Relatório Anual  
de Gestão

# 2015





República Federativa do Brasil

Tribunal de Contas da União

**MINISTROS**

Aroldo Cedraz de Oliveira, Presidente

Raimundo Carreiro, Vice-presidente

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

José Múcio Monteiro

Ana Arraes

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

**MINISTROS-SUBSTITUTOS**

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU**

Paulo Soares Bugarin, Procurador-Geral

Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral

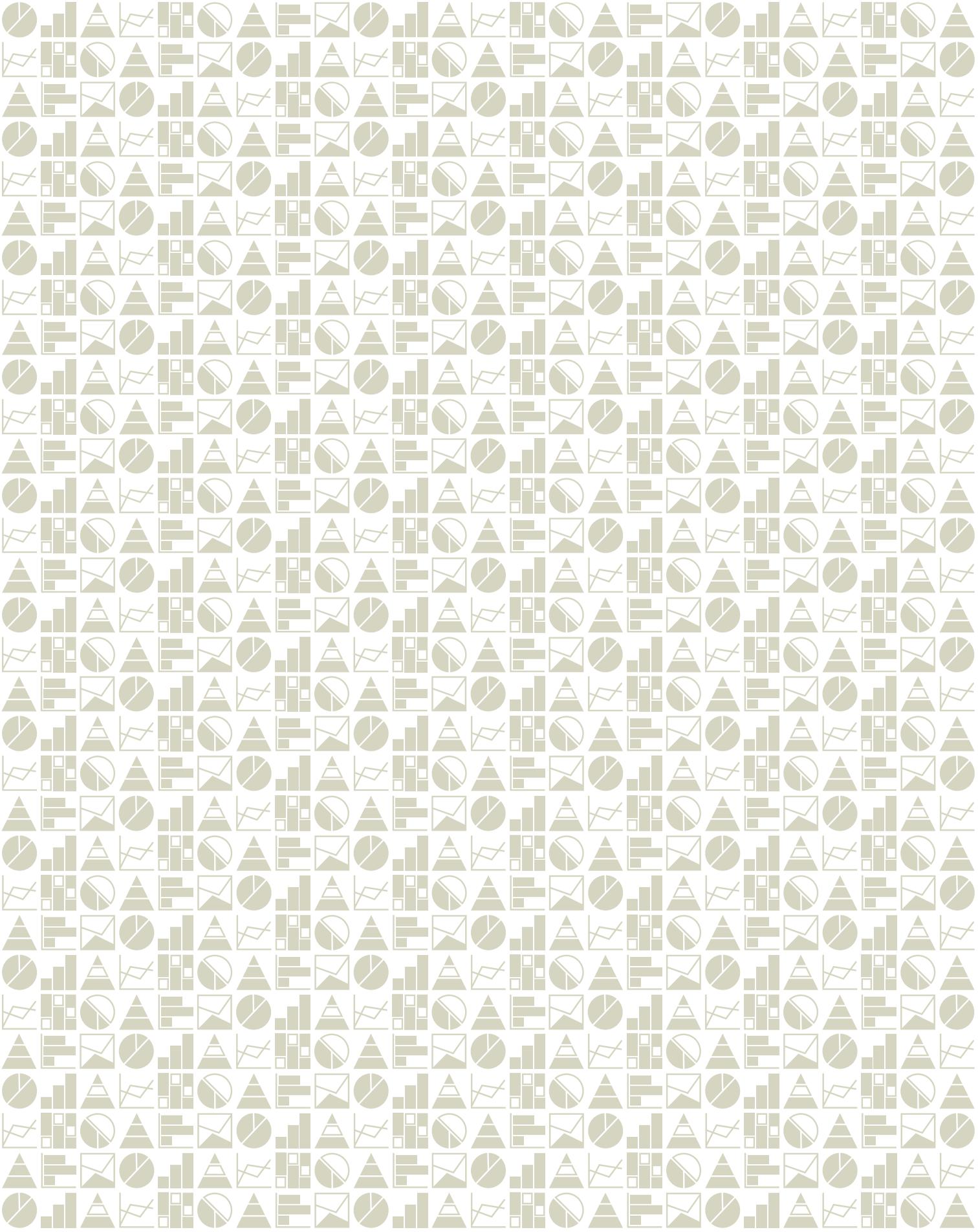
Cristina Machado da Costa e Silva, Subprocuradora-Geral

Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador

Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador

Sérgio Ricardo Costa Caribé, Procurador





Permite-se a reprodução desta publicação,  
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,  
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

---

Brasil. Tribunal de Contas da União.

Inovação a serviço do controle : relatório anual de gestão : 2015  
/ Tribunal de Contas da União. – Brasília : TCU, Secretaria de  
Planejamento, Governança e Gestão, 2016.

111 p. : il. color.

1. Tribunal de contas – Brasil. 2. Gestão – Brasil. 3. Relatório  
técnico I. Título. II. Brasil. Tribunal de Contas da União.

# **INOVAÇÃO A SERVIÇO DO CONTROLE**

Relatório Anual  
de Gestão

# 2015

Tribunal de  
Contas da União

Brasília, 2016



# APRESENTAÇÃO

Nos termos dispostos no inciso XLII, do art. 28 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU), apresento a este Plenário relatório de minha gestão frente a Casa no exercício de 2015.

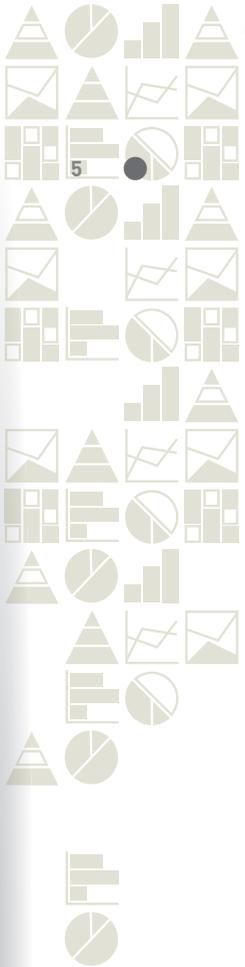
O documento também se propõe a divulgar as realizações do ano ao Congresso Nacional, aos órgãos e entidades da administração Pública e aos cidadãos brasileiros visto que é elemento indutor para as mudanças que desejamos para o governo e para a sociedade.

Registro que as linhas gerais que direcionaram as atividades dessa etapa contemplaram temas prioritários da gestão, extraídos do Planejamento Estratégico do TCU e dispostas no Plano de Diretrizes do Tribunal para os anos 2015 e 2016, alinhadas ao compromisso e ao objetivo de aprimorar o uso da Tecnologia da Informação (TI) como instrumento de inovação e de transformação do controle.

Como ilustração do que pretendi implantar nesta Corte e como inspiração para os nos-

sos servidores e público em geral, tivemos a oportunidade de receber em nossas instalações a exposição Leonardo Da Vinci: a natureza da invenção. O espírito inovador deste pintor italiano inspirou o mundo e tem inspirado as ações do Tribunal de Contas da União. Estudo de consultoria especializada em tecnologia da informação associou a obra “Homem Vitruviano”, à evolução tecnológica em que as máquinas seriam capazes de adquirir ou imitar o comportamento humano. A obra em questão foi reproduzida na magnífica tapeçaria “O Número”, de Almada Negreiros, que ornamenta a entrada do prédio do Tribunal de Contas de Portugal.

À época da exposição e para tornar a visitação ainda mais interativa, foram desenvolvidos programas de imersão nas obras expostas, de modo que todos puderam, de forma virtual, entrar nas máquinas projetadas pelo inventor e ver como foram pensadas para funcionar. Foi uma grata satisfação, quando os gestores da Universcience e do Museu Nacional de Milão aprovaram essa





Solenidade de entrega do Grande-colar do mérito e de aniversário TCU

imersão interativa e a incorporam definitivamente à mostra internacional.

Atualmente, a convergência de múltiplas tecnologias, está impulsionando mudanças aceleradas nas capacidades dos equipamentos, quais sejam: perceber, aprender, agir, criar, interagir e compartilhar. Essa evolução afetará a relação entre pessoas e tecnologia, o que exigirá mudanças no ambiente organizacional das instituições.

Entre as prioridades estabelecidas, destaco a aprendizagem corporativa e o uso intensi-

vo da TI no aperfeiçoamento dos processos internos e na interação com órgãos externos e com a coletividade brasileira, bem como o fortalecimento da comunicação institucional. Essas ações estão alicerçadas na valorização da cooperação e da sincronia de esforços, além da adoção de medidas tempestivas e preventivas.

As diretrizes que orientaram a atuação cotidiana no exercício em referência foram facilitadas pelos ajustes na estrutura organizacional do Tribunal, que viabilizaram a melhoria de processos de trabalho estraté-

gicos do TCU e promoveram maior sinergia nas fiscalizações.

No período, foi inaugurado o primeiro laboratório de inovação de governo em um órgão de controle, o Laboratório de Inovação e Coparticipação (coLAB-i), ligado ao Instituto Serzedello Corrêa (ISC).

Na mesma esteira, estão consignadas as diversas iniciativas de controle inteligente, como auditorias com uso de georreferenciamento, aplicativos para dispositivos móveis, auditorias preditivas e contínuas, programa de capacitação em análise de dados (analytics), Painel de Gestão Estratégica, entre outros.

Quanto ao compartilhamento de informações, relevantes fóruns de discussão foram conduzidos por esta Corte de Contas para difundir e trocar experiências e conhecimentos em governo inteligente, a exemplo do “Seminário Brasil 100% Digital” e da “Semana de Inovação em Gestão Pública”.

Em todas essas ocasiões o Tribunal procurou atuar como indutor da modernização do Estado, incentivando a abertura de dados da administração pública e a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Também, vários foram os projetos inovadores que surgiram em 2015 e estão em andamento no presente exercício, alguns dos

quais já começam a demonstrar seus primeiros resultados – inclusive sob a forma de novas práticas de auditoria, que têm viabilizado a identificação mais precisa e tempestiva de eventuais desvios na aplicação de valores do Erário.

No campo das parcerias estratégicas, o TCU presidiu a Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e foi eleito para presidir o Comitê de Criação de Capacidades da entidade. No âmbito da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras (Intosai), em eleição, disputada com o Tribunal de Contas Europeu, o TCU foi eleito para presidir o Comitê de Normas Profissionais (PSC) da entidade. O Comitê é encarregado



Agraciados com o Grande-colar do mérito em 2015

Foto: Bruno Spada



Exposição Leonardo da Vinci



de definir e revisar as normas de auditoria pública adotadas pelos órgãos de fiscalização governamental em todo o mundo. Com isso o TCU agora faz parte da cúpula decisória da instituição.

No âmbito nacional, foram intensificadas as parcerias entre órgãos de controle, sobretudo com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios por meio da ampliação de auditorias coordenadas, tendo em vista que atividades de cooperação são fundamentais para melhorar a Administração Pública, conferir maior celeridade e racionalidade ao processo de controle e colaborar na adoção de mecanismos mais efetivos para coibir a má gestão de recursos públicos.

Por sua relevância, o relacionamento com o Congresso Nacional foi intensificado com a participação do Tribunal em audiências públicas, em reuniões com as comissões temáticas da Câmara e do Senado e por meio da cessão de servidores do TCU para exercício nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Essas ações se traduzem em significativa oportunidade para realização de atividades conjuntas, divulgação de trabalhos do Tribunal e discussão de temas indispensáveis ao aprimoramento do controle.

Quanto à atuação finalística da Corte de Contas no período, o destaque foi a participação do TCU na operação Lava Jato, para a

qual foi constituído grupo de auditores responsável direto pelo tratamento dos processos relacionados à operação, tendo recebido o auxílio de toda a Casa, em especial, no que se refere à análise de dados.

A ação resultou na criação, por meio da Resolução-TCU 275/2015 – Plenário, no final do exercício, da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura – SeinfraOperações, a qual é responsável pelos processos da Lava Jato e demais temas que mereçam especial atenção na área de infraestrutura.

Sempre atento à sua missão, o TCU, em 2015, deu importante passo para se consolidar como fortaleza da legalidade e da transparência governamental e colocar-se na dinâmica trilha da inovação.

Enfim, registro que esses são apenas alguns dos ganhos do controle exercido pelo Tribunal, mas que reafirmam o compromisso e o empenho da Instituição e do seu corpo de servidores em contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública.

Brasília, março de 2016

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA  
Presidente do TCU

**APRESENTAÇÃO** ..... **5**

**INTRODUÇÃO** ..... **13**

**PLANEJAMENTO  
INSTITUCIONAL E  
PRIORIDADES DA GESTÃO** ..... **17**

**REALIZAÇÕES DE 2015** ..... **21**

**1. NO CONTROLE EXTERNO** ..... **24**

1.1 Ações estruturantes ..... 25

1.2 Painéis de informações ..... 34

1.3 Trabalhos Relevantes ..... 36

1.4 Acordos de leniência ..... 51

**2. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS** ..... **52**

2.1 Atuação junto ao  
Congresso Nacional ..... 53

2.2 Atuação internacional ..... 56

# SUMÁRIO

2.3	Parcerias e eventos nacionais.....	64	3.3	Adequações físicas e administrativas.....	93
2.4	Interação com a sociedade.....	71	3.4	Gestão de pessoas.....	95
2.5	Interação com os gestores públicos.....	81	3.5	TCU Sustentável.....	97
<b>3.</b>	<b>PRÁTICAS DE GESTÃO.....</b>	<b>84</b>	3.6	TCU Acessível.....	99
3.1	Aprendizagem organizacional.....	85	3.7	Tecnologia da Informação como instrumento inovador.....	101
3.2	Programa inovaTCU.....	90	<b>NÚMEROS DO TCU.....</b>	<b>107</b>	
			<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>	



# INTRODUÇÃO

O contexto atual de intensas mudanças obriga as organizações a se adaptarem rapidamente às alterações do ambiente em que atuam. Na Administração Pública não é diferente, as mudanças e demandas da sociedade impõem grande desafio: ampliar e melhorar a oferta de serviços públicos.

Esta publicação tem o propósito de retratar como o Tribunal está procedendo para corresponder aos anseios do cidadão e incorporar novas tendências tecnológicas em prol de um controle mais efetivo, que propicie benefícios para a sociedade. A própria estrutura do Tribunal passou por ajustes para contribuir com a modernização da gestão, inclusive com a criação de uma unidade para atuar em operações especiais na área de infraestrutura, a exemplo dos processos relacionados à “Operação Lava Jato”.

O documento está estruturado conforme as perspectivas definidas no Mapa Estratégico do Tribunal, representando o encadeamento lógico da sua forma de atuação.

Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos que retrata os principais desafios a serem enfrentados pelo TCU no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A perspectiva Processos Internos, situada no centro do Mapa, evidencia o conjunto de procedimentos e atividades internas prioritárias (de controle externo e de relacionamento institucional) nos quais o TCU deverá buscar excelência e concentrar esforços a fim de maximizar resultados em sua atividade finalística.

No âmbito do Controle Externo, as ações foram elencadas de modo a evidenciar a preocupação em estimular novos projetos, soluções e metodologias e, dessa forma, apoiar as unidades técnicas na promoção de ações aplicadas ao negócio do Tribunal, que é o controle. A inovação passa a ser instrumento de transformação, viabilizando, por exemplo, a realização de auditorias preditivas, baseadas em mapeamento e



em detecção de riscos, capazes de identificar indícios de irregularidades na descentralização de recursos federais por meio de transferências voluntárias, e verificar a formação de conluíus. São apresentadas também as ações de controle mais significativas, as quais confirmam o compromisso desta instituição com a melhoria contínua do desempenho da Administração Pública.

No que diz respeito às relações institucionais, ressalta-se o crescente reconhecimento do TCU pela sociedade como um órgão que, em sintonia com o Congresso Nacional, tem exercido de maneira ainda mais efetiva a missão constitucional do controle externo. O fortalecimento de parcerias que complementem a atuação do Tribunal é um dos principais objetivos desta Casa. Por isso, procurou-se incrementar o diá-

logo com a sociedade e as demais partes interessadas. Exemplo disso é o crescente protagonismo do Tribunal na área internacional por meio da participação em comitês e subcomitês na Intosai e na Olacefs. Além disso, o TCU tem buscado o aprimoramento da atuação coordenada com outros tribunais de contas na fiscalização de ações e políticas públicas descentralizadas, o que contribui para a eficácia e maior abrangência das fiscalizações.

Quanto às práticas de gestão, são identificadas as ações nas áreas de pessoal, TI, comportamento organizacional e suporte logístico. Tais melhorias são necessárias para que os processos internos sejam aprimorados e alavanquem o potencial de atuação do Tribunal. Em especial, o TCU reconhece a importância de desenvolver capacidade



organizacional ampla para trabalhar com recursos tecnológicos emergentes. São mencionadas ainda as ações do Programa de Logística Sustentável do Tribunal de Contas da União (PLS-TCU) e as da Comissão de Acessibilidade (Caces), pois trata-se de um olhar “além do controle”, envolvendo também a preocupação com questões sociais e com economia de recursos para promoção de um Brasil melhor.

Na parte alta do Mapa Estratégico situa-se a perspectiva dos resultados, que compreendem os objetivos finalísticos sobre os quais se debruça toda a instituição. Representam a busca por melhores desempenhos futuros. Nesse capítulo é apresentado diagnóstico dos números relevantes decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no exercício de 2015.

Por fim, espera-se que esta publicação seja reflexo do trabalho do corpo funcional desta instituição formado por autoridades, servidores e colaboradores que possibilitam a esta Corte de Contas enfrentar os desafios advindos da crescente complexidade.

ACESSE O MAPA ESTRATEGICO:



# PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL E PRIORIDADES DA GESTÃO

O planejamento estratégico é ferramenta essencial para construir e influenciar o futuro da organização. Diante disso, em 2015, foi concluído processo de revisão e atualização do Plano Estratégico do Tribunal de Contas da União (PET-TCU), com vistas a estabelecer a estratégia da organização para o período de 2015 a 2021. Sua formulação ensejou a participação do corpo técnico e gerencial do Tribunal e definiu o conjunto de objetivos, indicadores e iniciativas necessários ao cumprimento da missão e ao alcance da visão de futuro do TCU para os próximos seis anos.

O Plano Estratégico é a materialização do processo de planejamento e fornece o direcionamento comum a ser seguido por toda a organização, identificando responsabilidades e meios para o alcance dos objetivos institucionais.

Como resultado, do processo de revisão e atualização do PET-TCU, foi desenvolvido o novo Mapa Estratégico 2015-2021, que

apresenta graficamente a estratégia da organização. Nesse documento, as declarações de missão e de visão foram revistas e incorporaram questões mais desafiadoras para o Tribunal, incluindo conceitos associados à efetividade, ética, agilidade e responsabilidade.

Entre os objetivos estratégicos, o uso da TI como instrumento de inovação para o controle foi eleito pela atual gestão como base em que se apoiam os demais objetivos do Tribunal.

Para viabilizar a estratégia no nível tático, em cada biênio é concebido o Plano de Diretrizes, um instrumento de alinhamento institucional que tem a função de orientar o desdobramento dos objetivos estratégicos prioritizados a cada biênio nos planos diretores das unidades por meio das iniciativas que buscarão concretizá-los. Contém, ainda, definição das prioridades e do direcionamento tático pretendido por uma gestão do Tribunal. Consiste, pois, em fixar objeti-

ACESSE ESTA  
PUBLICAÇÃO:

**Plano  
Estratégico**



vos, indicadores de desempenho e metas, além de especificar iniciativas que guiarão a gestão.

Uma vez posta em prática a estratégia, é imprescindível monitorá-la. A avaliação da execução prevê a mensuração do grau de alcance dos objetivos, a partir da análise da situação dos indicadores e iniciativas estratégicos, com a proposição de correções de rumo a serem decididas pela alta administração.

Alinhado às melhores práticas de gestão, o TCU tem realizado o acompanhamento e a avaliação *pari passu* da estratégia, por meio da metodologia de Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs), em que se examinam os indicadores e iniciativas definidos no plano, para verificar o progresso e os riscos à implementação. Todo o processo serve para avaliar se a estratégia está funcionando e se suas premissas continuam válidas.

Diante dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico em vigor, a atual gestão elencou as prioridades a serem abordadas no biênio 2015-2016. A escolha derivou da constatação de que experimentamos um ambiente tecnológico propício à evolução dos negócios, tempo em que a fronteira entre o mundo físico e o digital é quase imperceptível, dada a convergência sem precedentes de pessoas, coisas e empreendimentos. O Estado passa a ser um sistema completo de prestação de serviços ao cidadão, o Governo Digital.

A gestão 2015-2016 priorizou iniciativas com foco em inovação, aprendizagem organizacional e uso intensivo da TI no aperfeiçoamento dos processos internos e na interação com órgãos externos e com a sociedade brasileira. Elas estão alicerçadas na valorização da cooperação e da sincronia de esforços, além da adoção de medidas tempestivas e preventivas.

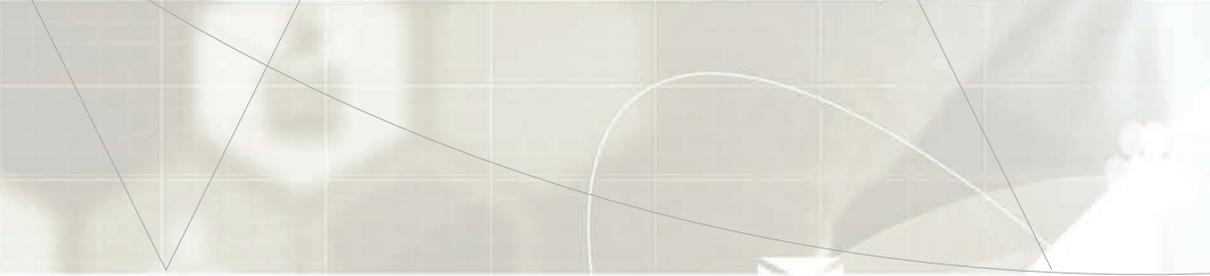
ACESSE ESTA  
PUBLICAÇÃO:

**Plano de  
Diretrizes**



## Prioridades da Gestão constantes do Plano de Diretrizes do TCU (2015-2016)

	<p><b>CONTROLE BASEADO EM ANÁLISE DE DADOS</b></p>	<p>Aprimorar métodos de priorização de fiscalização, com foco na análise de dados</p>
	<p><b>GOVERNO DIGITAL</b></p>	<p>Induzir a transparência governamental e a prestação de serviços eletrônicos</p>
	<p><b>EFICIÊNCIA DO ESTADO</b></p>	<p>Induzir a eficiência do Estado</p>
	<p><b>PARCERIA NO CONTROLE</b></p>	<p>Estabelecer parcerias com órgãos de controle</p>
	<p><b>COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL</b></p>	<p>Aprimorar a comunicação com as partes interessadas</p>
	<p><b>APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL</b></p>	<p>Aprimorar a aprendizagem organizacional</p>
	<p><b>INTEGRAÇÃO ORGANIZACIONAL</b></p>	<p>Integrar a sede e os estados</p>
	<p><b>INOVAÇÃO DO CONTROLE</b></p>	<p>Inovar o processo e as ações de controle</p>



# REALIZAÇÕES DE 2015

O ano de 2015 ficou marcado por importante passo na evolução do TCU. Além do avanço na especialização do controle externo, foi fortalecida a estrutura das unidades técnicas com um programa de estímulo à inovação e mecanismos para auditorias contínuas e fiscalização com análise preditiva de dados.

Para implementar as transformações almejadas e modernizar a gestão do Tribunal, foram promovidos ajustes na estrutura. A alteração objetivou o aperfeiçoamento de processos de trabalho estratégicos e o aumento da sinergia nas ações de controle.

As mudanças foram levadas a efeito para permitir que unidades técnicas com grande potencial de agregar valor à missão do TCU fossem contempladas com novas subunidades e recebessem maior efetivo de auditores, de modo a assegurar melhor atendimento às demandas e fortalecimento das ações de controle nas áreas prioritárias de Fazenda, Saúde, Educação e Meio Ambiente.

Destaca-se, ainda, entre as principais medidas de aperfeiçoamento da estrutura organizacional, a racionalização das unidades técnicas de infraestrutura. Nesse caso, foram conjugadas as expertises das áreas de desestatização e regulação com as de unidades especializadas em obras públicas, dando origem às Secretarias de Fiscalização de Infraestrutura (Seinfras). O novo desenho permite incremento da eficiência, melhoria da visão sistêmica e maior efetividade das ações de controle.

As atividades de apoio ao controle sofreram modificações para melhor se adequarem às competências essenciais de cada unidade e para serem estruturadas de forma mais sinérgica e integrada.

As funções de suporte à fiscalização e às demais ações de controle externo, que estavam separadas em duas unidades técnicas, foram unificadas em uma só secretaria. Dessa forma, obteve-se maior integração e sinergia entre as atividades de aperfeiçoamento de



processos e de suporte técnico às fiscalizações, às prestações de contas anuais e tomadas de contas especiais, bem como aos demais procedimentos processuais.

Já no campo da tecnologia da informação, também em uma mesma unidade foram concentradas as iniciativas de uso de TI, gestão de sistemas e métodos de análise de dados para suporte às ações de controle.

Ressaltando a importância da tecnologia da informação como instrumento de inovação e de suporte institucional, foram

promovidas mudanças estruturais nas unidades responsáveis pela coordenação da gestão de soluções de TI e de planejamento da Secretaria-Geral da Presidência, as quais ficaram alocadas em uma mesma estrutura.

As atribuições de governança de TI, gestão de continuidade de negócios e segurança da informação foram incorporadas e racionalizadas junto à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do TCU.

Ainda na busca da eficiência de sua estrutura, o Tribunal aprovou, em 2015, a criação de



uma unidade técnica dedicada à fiscalização de assuntos relevantes na área de infraestrutura. A origem dessa Secretaria foi o Grupo de Trabalho criado com o objetivo de receber e dar tratamento às informações compartilhadas com a Justiça Federal e Polícia Federal no âmbito da “Operação Lava Jato”, além de outras porventura relacionadas.

Por fim, foi criado o Centro de Pesquisa e Inovação que, entre outras atribuições, tem como missão implementar o programa de inovação.



O Tribunal aprovou, em 2015, a criação de uma unidade técnica dedicada à fiscalização de assuntos relevantes na área de infraestrutura.



# 1. NO CONTROLE EXTERNO

Para que uma instituição de controle tenha uma atuação mais efetiva, além de analisar o passado, é preciso olhar para frente, antecipando-se às irregularidades. O caminho que se apresenta é o de estimular a difusão de plataformas abertas e de promover auditorias contínuas e preditivas, contando com ferramentas como mineração de grandes bases de dados, análise semântica de textos e outras inovações tecnológicas.

Nesse sentido, a abertura de dados governamentais é medida fundamental para a construção de governo transparente, pois permite que a sociedade seja capaz de se envolver no processo de tomada de decisão e, desse modo, participar da elaboração de políticas e da implementação de serviços públicos.

Esse foi um dos contextos que nortearam a definição das prioridades da gestão para o biênio 2015-2016, as quais foram formalizadas por meio do Plano de Diretrizes do Tribunal para esse período. As principais conquistas do ano no âmbito do controle externo são abordadas seguir.



## 1.1 AÇÕES ESTRUTURANTES

As ações estruturantes indicam as atividades e as iniciativas a serem implementadas a curto e médio prazos para assegurar a realização dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico, bem como preencher as lacunas existentes entre o desempenho atual da organização e a situação desejada.

Cada ação se alinha a pelo menos uma orientação tática (prioridade) da gestão no biênio 2015-2016, conforme evidenciado a seguir.

### Plano de Controle Externo e Plano Operacional

Para atender à diretriz de “aprimorar a comunicação institucional”, o Tribunal, em atitude inovadora, divulgou para a sociedade o seu Plano de Controle Externo para o biênio 2015-2016, que contempla indicadores de desempenho, metas das unidades, ações e produtos a serem desenvolvidos. Exemplares do Plano foram amplamente distribuídos e a partir dele foi criado aplicativo móvel para visualização de seu conteúdo.

ACESSE ESTA  
PUBLICAÇÃO:

Plano de  
Controle Externo



### Projeto de Tomada de Contas Especial

Com o objetivo de reduzir o quantitativo de processos de tomada de contas especial (TCE), o Tribunal lançou o Projeto TCE, que consiste no desenvolvimento e validação de modelo de atuação baseado na gestão

sistêmica do estoque desse tipo de processo e na seleção de casos semelhantes para instrução, de modo a aumentar a produtividade e a qualidade das instruções. Além disso, o sistema será utilizado pelos órgãos e entidades federais, os quais passarão a instaurar e tramitar eletronicamente os pro-



o TCU participou de esforço conjunto para uniformizar a atuação dos Tribunais de Contas, materializada pela criação de um padrão nacional



cessos até a recepção e o julgamento pelo Tribunal. Essa iniciativa se alinha à prioridade de “induzir a eficiência do Estado”.

#### **Combate a desvios e irregularidades**

Está em andamento projeto para elaboração de referencial estratégico de atuação do controle externo para coibir desvios e irregularidades na Administração Pública Federal. O objetivo é que ele se torne instrumento básico para o planejamento e a execução de fiscalizações. O documento abordará o tema nas dimensões de prevenção, detecção, investigação, correção e orientação no tratamento de desvios e irregularidades.

#### **Uniformização da atuação dos Tribunais de Contas do Brasil**

Em alinhamento com a orientação tática da gestão do biênio 2015-2016 de “estabelecer parceria no controle”, o TCU participou de esforço conjunto para uniformizar a atuação

dos tribunais de contas, materializada pela criação de um padrão nacional, as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) que por sua vez, são baseadas nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI).

Como resultado, foi aprovado, ainda como experimento, o nível institucional das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), objetivando delinear padrão nacional de atuação para os tribunais de contas, por meio da definição dos princípios basilares e dos pré-requisitos para o adequado funcionamento dos tribunais de contas brasileiros. A aprovação deu-se em assembleia-geral do Instituto Rui Barbosa (IRB), que congrega os tribunais de contas brasileiros, em outubro de 2015. As regras foram elaboradas em consistência com os níveis 1 e 2 das Normas Internacionais de Auditoria das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Issai), emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai).



Também foram usadas como referência na elaboração das NBASP as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT), as Normas de Auditoria Governamental (NAG), as resoluções da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), bem como o marco legal que rege a Administração Pública brasileira. As NBASP não se sobrepõem ou revogam quaisquer dessas normas, resoluções, leis ou regulamentos. Os pré-requisitos abordados nas NBASP do nível 1 tratam de Independência dos Tribunais de Contas (NBASP 10), Valor e Benefícios dos Tribunais de Contas – fazendo a diferença na vida dos cidadãos (NBASP 12), Transparência e Accountability dos Tribunais de Contas (NBASP 20), Gestão da Ética pelos Tribunais de Contas (NBASP 30) e Controle de Qualidade para os Tribunais de Contas (NBASP 40). Cada um desses pré-requisitos abrange princípios básicos, que apontam o que é esperado dos tribunais de contas na realização de suas atividades de auditoria

e, sempre que aplicável, nas demais atividades de fiscalização.

As NBASP foram elaboradas segundo processo que abrangeu a elaboração de propostas de minutas pelo Subcomitê de Normas de Auditoria do IRB, constituído por servidores do TCU e de outros tribunais de contas, consulta pública a todos os tribunais de contas brasileiros e a aprovação pela assembleia do IRB. A aprovação das NBASP do nível 1 foi apenas o primeiro passo. O próximo será a sua aplicação pelas lideranças e servidores dos tribunais de contas, de forma a torná-las um instrumento efetivo para promover a competência, a qualidade e a credibilidade da auditoria do setor público no Brasil e, por conseguinte, contribuir para um melhor desempenho dos tribunais de contas. As Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público, nível 1, encontram-se disponíveis em formato eletrônico no portal do TCU para consulta pública e interna.

Em atendimento à diretriz da gestão de “promover a integração organizacional”, foram estabelecidas as seguintes iniciativas estratégicas: (i) projeto de desenvolvimento organizacional das regionais da Bahia e do Maranhão; (ii) Secex Referência; e (iii) Implementação de novo modelo para tratamento de processos relativos a aquisições logísticas. Tais iniciativas estão explicitadas a seguir:

---

#### **Projeto de Desenvolvimento Organizacional das secretarias dos estados da Bahia e do Maranhão**

Destina-se a promover diagnóstico, modernização e fortalecimento institucional das secretarias de controle externo nos estados da Bahia e do Maranhão, a fim de dotá-las de gestão integrada e eficiente, no que se refere a pessoas, processos e estratégias.

#### **Secex Referência**

A criação da Secex Referência é uma iniciativa que objetiva preparar as unidades técnicas localizadas nos estados para serem referência em determinada função de governo ou tema em que optem por atuar. Assim, coordenadas por uma unidade de controle externo especializada, de âmbito nacional, passam a participar de planejamento de atividades, coordenação de fiscalizações, treinamento, apoio técnico, diagnóstico e proposição de soluções para os problemas da respectiva área de atuação.

Inicialmente, a sistemática foi aplicada aos temas Saúde, Educação, Infraestrutura, Agricultura, Meio Ambiente e Segurança Pública.

#### **Implementação de novo modelo para tratamento de processos relativos a aquisições logísticas**

Essa iniciativa pretende elevar a eficiência da atividade de instrução processual de representações e denúncias sobre licitações e contratos para aquisições logísticas na Administração Pública Federal (APF), por meio da gestão da informação e racionalização do rito de análise da instrução processual.

Em 2015 foram realizadas várias ações para construção do modelo: levantamento de trabalhos anteriores; diagnóstico do atual modelo de gestão dos processos de representação e denúncias relativos a licitações e contratos; mapeamento do processo de representação e denúncia encaminhadas ao TCU para fins de modelagem para lhe conferir maior racionalização e eficiência; e identificação das principais necessidades e propostas de alteração em termos de estrutura, operação e sistematização das atividades relativas a representações e denúncias conduzidas pelo Tribunal.

Para contribuir com a prioridade de “induzir ao Governo Digital”, o TCU selecionou, entre outras iniciativas definidas no plano de diretrizes de 2015-2016, as ações relacionadas à (i) avaliação da abertura de dados em organizações governamentais e ao (ii) acompanhamento das ações do plano nacional de educação:

### **Metodologia para avaliação da abertura de dados em organizações governamentais**

Essa iniciativa contempla o desenvolvimento de metodologia para avaliação da abertura de dados na Administração Pública e, ainda, a concepção de programa de abertura e divulgação de dados do TCU.

Para estimular a abertura dos dados externos, foi apresentada a primeira versão do produto no evento “Brasil 100% digital”, com o objetivo de sensibilizar as organizações públicas quanto aos benefícios e razões para abertura de seus dados.

Em caráter pioneiro, foi também realizada auditoria para avaliar a abertura de dados

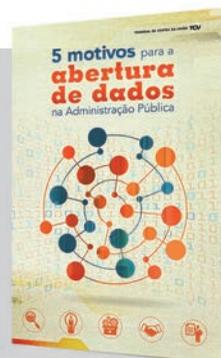
por órgãos do setor de educação, a qual resultou em determinações para abertura de bases de dados de programas como Fies e Prouni.

### **Acompanhamento do Plano Nacional de Educação (2014-2024)**

Para fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, o Tribunal está construindo estratégia para o acompanhamento regular do alcance dos objetivos do plano e planejamento de ações de controle externo com vistas a sistematizar o registro de dados, de modo que o Tribunal possa comunicar à sociedade, ano a ano, a evolução do desenvolvimento e do cumprimento do Plano.

ACESSE ESTA PUBLICAÇÃO:

**5 motivos para a abertura de dados na Administração Pública**



Como parte da diretriz estratégica “aprimorar o uso da TI como instrumento de inovação para o controle”, o TCU recebeu importantes contribuições: o desenvolvimento de novo marco estratégico para a fiscalização de TI e a criação de comunidades temáticas sobre assuntos de relevância para o Tribunal.

---

### **Novo marco estratégico para a fiscalização de TI**

Em 2015 foi desenvolvido novo marco estratégico para a fiscalização de TI. O referencial foi construído por meio da identificação dos principais desafios estratégicos a serem enfrentados e destacou a nova missão da unidade: induzir o melhor uso da TI no aprimoramento dos serviços públicos.

A visão da unidade técnica dedicada à fiscalização de TI no Tribunal também inova ao trazer o conceito do desenvolvimento digital: ser referência na indução do desenvolvimento digital em benefício da sociedade. Esse conceito vai além da atuação no aprimoramento da gestão da máquina pública, preocupando-se com os efeitos das políticas públicas e da ação estatal na vida das pessoas e no desenvolvimento do país.

### **Comunidades temáticas sobre temas relativos a controle**

Iniciativa que tem o propósito de criar rede de intercâmbio de informações sobre temas de importância para o Tribunal. As comunidades são viabilizadas por meio de grupos virtuais, mas também contam com a utilização de ferramentas como a *wiki*, reuniões, videoconferências, informativos e distribuição de conteúdo.

Estão sendo concebidas comunidades de Saúde, Educação, Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente e Segurança Pública, mesmo temas das Secex Referência, de modo a obter sinergia e maximizar o potencial de contribuição na fiscalização desses temas.

Futuramente, outros órgãos de controle serão envolvidos nas comunidades temáticas, tais como os tribunais de contas estaduais e municipais, o Ministério Público (MP) e a Controladoria-Geral da União (CGU).

Em cumprimento à orientação tática para o biênio 2015-2016 de “aprimorar o Controle baseado em Análise de Dados”, foram implementadas as seguintes iniciativas estratégicas: implementação do Laboratório de Informações de Controle (Labcontas); modelos preditivos para detecção de irregularidades; análise de riscos em obras rodoviárias; geocontrole; definição de método para seleção de linhas de ação e ações de Controle; e fortalecimento da auditoria financeira.

### **Laboratório de Informações de Controle (Labcontas)**

O TCU franqueou a seu corpo técnico, bem como a servidores de tribunais de contas e órgãos da Administração Pública Federal em geral, o uso do Labcontas, um ambiente virtual em que são disponibilizadas aos usuários cadastrados bases de dados da Administração Pública e diversas ferramentas de análise de dados.

O Labcontas foi concebido no âmbito de uma estratégia integrada, consistente e sustentável para o acesso, obtenção, tratamento e uso de bases de dados para fins do exercício das ações de controle, sendo capaz de combinar TI, conhecimentos específicos inerentes a cada área ou objeto de controle e conhecimento da realidade informacional da Administração Pública.

### **Modelos preditivos para detecção de indícios de irregularidades**

Com vistas a subsidiar a seleção de objetos de controle, foram e continuam sendo desenvolvidos modelos preditivos, baseados em metodologia de mapeamento e classi-

ficação automática de risco, para detecção de indícios de irregularidades na descentralização de recursos federais por meio de transferências voluntárias para identificação de conluíus em contratações públicas.

A partir das experiências iniciais, pretende-se ampliar a construção de modelos preditivos de classificação de risco para outros objetos de controle. Encontra-se em andamento fiscalização, com vistas à homologação e ao aperfeiçoamento do modelo de análise preditiva relativo às transferências voluntárias, e definição de ação de controle destinada à homologação e aperfeiçoamento do modelo preditivo que trata da detecção de conluio em contratações públicas. O modelo de inferência de renda para detecção de anomalias no Bolsa Família encontra-se em desenvolvimento.

Outra fiscalização com uso de modelos preditivos tem como objeto o risco de irregularidades na relação entre unidade gestora (UG) e fornecedor da Administração Pública Federal. Com base em modelo probabilístico e dados de diversos sistemas estruturantes, como o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), a Relação Anual de Informações Sociais

Corredor ilustrativo das áreas de maior viabilidade para a ferrovia entre Açailândia (MA) e Barcarena (PA), resultante das variáveis consideradas no modelo.

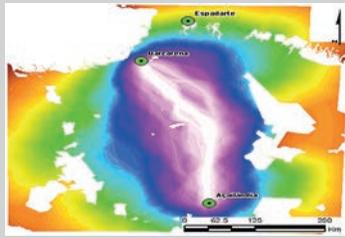


Figura 1  
Análise Multicritério.

Áreas brancas e rosadas representam maior viabilidade para implantação da ferrovia.



Figura 2  
Imagem de satélite de alta resolução – Ferrovia Norte-Sul.

(RAIS) e o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Receita Federal, foi calculado um indicador de risco de irregularidades entre Unidades Gestoras (UG) e fornecedores. Em seguida, foi construído um painel que permite ao auditor analisar o universo de contratos considerados de risco por meio da construção de recortes de uma série de dimensões de análise tais como o Unidade da Federação (UF) da UG, o tipo do gasto (bens, serviços ou obras), a natureza da despesa e o órgão ao qual pertence a UG.

O painel permite ainda obter detalhes de cada contrato, de como o risco foi calculado, dos fornecedores e seus sócios e ainda de servidores públicos que eventualmente atuem ou tenham atuado tanto no órgão da UG como no fornecedor. Trata-se de uma iniciativa-piloto cujo objetivo maior é validar a metodologia proposta, indicar possibilidades de aprimoramento e avaliar seu potencial de utilização em outros temas e domínios.

### Análise de riscos em obras rodoviárias

Com emprego de ferramentas de *Business Intelligence* (BI), foi desenvolvido painel eletrônico que apresenta riscos associados a contratos administrativos para execução

de obras rodoviárias. Para tanto, foram efetuados cruzamentos de informações disponibilizadas em bases públicas de dados com uma matriz com fatores de riscos identificados a partir da *expertise* acumulada nas fiscalizações de obras rodoviárias.

### GeoControle: o uso de geotecnologias como ferramenta para o controle externo

Com o objetivo de dotar o TCU da capacidade de utilizar dados geográficos e geotecnologias, foi desenvolvido projeto para avaliar as ferramentas de geotecnologia disponíveis no mercado e suas aplicações em controle externo.

O trabalho iniciou-se com a realização de dois projetos: o primeiro utilizou a análise multicritério espacial para avaliar o traçado do corredor ferroviário que interliga Açailândia (MA) ao porto em Barcarena (PA), na Ferrovia Norte-Sul (FNS). O modelo testado utiliza um Sistema de Informações Geográficas (SIG) para qualificar e quantificar as áreas de maior viabilidade para implantação do corredor ferroviário, permitindo fácil visualização comparativa das opções e dos corredores mais econômicos e eficientes. Ademais, traz transparência quanto aos dados utilizados, bem como aos valores e regras adotados.



**Figura 3**  
*Realização de voo com vant para análise de traçado da Ferrovia Norte-Sul.*



**Figura 4**  
*Sobreposição das imagens coletadas pelo vant com o projeto da Ferrovia Norte-Sul.*

O segundo avaliou o uso de imagens de satélites e veículos aéreos não tripulados (vants) para acompanhamento de obras públicas, permitindo que se analise o estágio da obra, a consistência com o planejado e sua compatibilidade com o orçamento e pagamentos. Foi também realizado teste de conceito que organiza as imagens de satélite em um portal. O uso de imagens e geotecnologias mostrou inúmeros benefícios potenciais, tais como aumento da capacidade de fiscalização e da abrangência espacial e temporal do controle externo, além de redução de custos com viagens.

As etapas posteriores incluem o desenvolvimento de técnicas para uso sistemático de geointeligência nas mais diversas áreas do Tribunal voltadas à fiscalização de recursos públicos federais.

#### **Definição de Método para Seleção de Linhas de Ação e Ações de Controle**

Com a finalidade de subsidiar o planejamento das unidades técnicas, instituiu-se grupo de trabalho com o objetivo de desenvolver e testar método de seleção de objetos e ações de controle com base em análise de risco. Foram identificadas e es-

tudadas as iniciativas afins realizadas dentro e fora do TCU e definidos os fluxos dos processos “seleção de oportunidades de controle”, “seleção de objetos de controle” e “definição de linhas de ação e ações de controle”.

#### **Fortalecimento da auditoria financeira**

Financiado pelo Banco Mundial, o Projeto de Fortalecimento da Auditoria Financeira tem como principal objetivo adotar padrões e boas práticas internacionais de auditoria financeira. Com vistas a dar consecução ao projeto, o TCU realizou amplo estudo que resultou no plano de ação para fortalecimento da auditoria financeira, cujo cronograma vai até 2018.

No âmbito dessa estratégia, o plano operacional de 2015 contemplou ações de controle, enfatizando a verificação da auditabilidade das demonstrações financeiras de órgãos e entidades selecionados e auditorias financeiras-piloto na Previdência Social e no Ministério da Fazenda (MF). Nesse projeto foi criado o Comitê de Auditoria Financeira no TCU, cujo objetivo é supervisionar a implementação da estratégia de fortalecimento da auditoria financeira no Tribunal.

## 1.2 PAINÉIS DE INFORMAÇÕES

Devido ao volume cada vez mais expressivo de informações, é fundamental a adoção de instrumentos e tecnologias capazes de dotá-las de valor e de utilidade para os processos de trabalho. Assim, os painéis favorecem a contextualização em perspectivas que facilitam o acesso, a compreensão e o uso das informações por meio de interface *web*.

Além de permitir a consulta tempestiva e articulada a diferentes bancos de dados, os painéis constituem instrumento importante para o exercício do controle concomitante e preventivo no uso dos recursos federais, na medida em que filtros e regras de tratamento de informação oferecem subsídios à atuação preditiva, e não apenas reativa, do TCU. Alguns exemplos são mostrados adiante.

### Painel de Ações do Controle Externo

Essa ferramenta, elaborada em 2015, disponibiliza, por meio de interface gerencial, informações para as unidades técnicas do Tribunal acerca das atividades de controle externo, como execução de fiscalizações, instruções de processos e monitoramentos de deliberações, além de permitir o acompanhamento das ações cadastradas no sistema de planejamento de ações estruturantes.



### Painel de Despesas da Administração Pública Federal

Em 2015 também foi desenvolvida nova versão do painel de despesas. Essa ferramenta permite o acompanhamento semanal pelos auditores da execução da despesa pública federal dos órgãos integrantes do Orçamento Geral da União (OGU) de maneira mais fácil e ágil, em contribuição ao exercício do controle externo.



### Análise de Riscos em Obras Rodoviárias:

Essa solução permite identificar riscos em contratos de obras de engenharia do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para antever potenciais desvios de recursos, o que permite a definição de critérios na escolha das obras a serem fiscalizadas pelas unidades responsáveis pela fiscalização de infraestrutura no âmbito do Fiscobras (plano de fiscalização anual de obras) do TCU.





## 1.3 TRABALHOS RELEVANTES

Neste item são apresentadas as principais ações de controle relacionadas aos temas afetos às Coordenações-Generais da Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU.

### 1.3.1 Ações de controle por área temática

#### Ações relacionadas à área de serviços essenciais ao Estado

Os chamados serviços essenciais ao Estado compreendem ações afetas à própria administração central do Estado, como segurança pública, justiça e defesa nacional, e aos serviços que dão suporte às atividades do Estado, sem os quais os projetos e políticas públicas não podem se concretizar.

Na área da administração central do Estado, destaca-se, dentre outras ações, o diagnóstico sistêmico da função Judiciária, possibilitando fornecer ao Congresso Nacional, aos gestores das unidades judiciárias abrangidas e à sociedade brasileira, subsídios à busca de soluções para a melhoria e aperfeiçoamento do Poder Judiciário Federal.

Com relação ao tema “defesa nacional e segurança pública”, um aspecto importante que orientou as ações na área relaciona-se à segurança durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, resultando em auditoria de natureza

operacional no Ministério da Justiça e no Ministério da Defesa, com o objetivo de avaliar o arranjo institucional e as ações a serem implementadas a fim de mitigar ameaças que possam comprometer a incolumidade das pessoas, a ordem pública e os patrimônios público e privado durante a realização dos jogos.

Com relação aos serviços transversais de suporte ao Estado, por exemplo, no campo da tecnologia da informação, houve destaque às tendências e inovações tecnológicas que têm impactado a forma como governos e empresas prestam serviços, tais como os serviços em nuvem e os dados abertos. Nesse sentido, realizou-se levantamento para identificar riscos em contratações de serviços de TI sob o modelo de computação em nuvem, tendo em vista a crescente adoção desse modelo em escala mundial.

Aliás, o setor de TI foi objeto de inúmeras melhorias ao longo de 2015. A principal delas é o relatório sobre a situação da tec-



nologia da informação na Administração Pública Federal. O documento é composto por despesas de TI na Administração Pública Federal (APF), informações sobre governança e pessoal, Lei de Informática e dados abertos. Para avaliar a posição relativa do país em temas afetos a este assunto, foram usados dois índices internacionais: o primeiro avalia a capacidade de os países se beneficiarem dos avanços de TI e comunicação para seu desenvolvimento; o segundo índice utilizado, de desenvolvimento de governo eletrônico da Organização das Nações Unidas (ONU), avalia o desenvolvimento de governo eletrônico de 193 países. Em 2014, o Brasil conquistou o 57º lugar.

Foi fiscalizada também a gestão de TI na Administração Pública. O TCU apresentou um relatório de consolidação de auditorias realizadas para avaliar o processo de gestão desses contratos em órgãos da Administração Pública Federal. Foi verificada a situação dos fiscais e gestores de contratos de TI quanto à capacitação técnica e à forma de planejamento da contratação.

Em outra frente, o TCU monitorou determinações realizadas à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) que visavam evitar a prescrição de créditos tributários em razão da migração tecnológica de aplicações utilizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SFRB).

No tocante a governança e gestão de aquisições de órgãos da Administração Pública, o TCU apresentou relatório de consolidações de auditorias, que teve como objetivo avaliar se as práticas adotadas em vinte órgãos e entidades da APF estão de acordo com a legislação. A fiscalização se estruturou sobre referenciais de governança, gestão e aquisições. Como resultado do levantamento, o Tribunal recomendou à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), entre outras medidas, a elaboração de um modelo de contratação de bens e serviços para a APF.

### **Ações relacionadas à área social**

No planejamento das ações ligadas à área social, que engloba educação, saúde, desporto, previdência, assistência social e trabalho, centraram-se esforços, particularmente, na indução da melhoria na gestão das políticas públicas descentralizadas, na oferta de serviços públicos de qualidade para o cidadão, na garantia do financiamento sustentável de políticas sociais, no alinhamento dessas políticas à competitividade nacional e, por fim, no desenho e na implementação efetiva de políticas que considerem a territorialidade e as desigualdades regionais.

Na área da educação buscou-se investir em abordagem sistêmica, por meio do Acompanhamento da implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Complementarmente, está em andamento um conjunto de fiscalizações nas ações e programas de capacitação profissional nacionais, com foco no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

No que se refere à saúde, destaca-se o Levantamento de Governança e Gestão em Saúde, a fiscalização sobre o impacto da judicialização das ações em saúde, a avaliação de aspectos da Política Nacional de Assistência à Saúde Integral da Mulher, a auditoria operacional sobre órteses e

próteses, o monitoramento sobre resíduos sólidos e a auditoria para avaliação sobre a capacidade de fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Deve-se mencionar ainda as auditorias em obras de infraestrutura e saúde, com enfoque na construção de unidades básicas de saúde (UBS) e unidades de pronto atendimento (UPA). Na ocasião, foram realizadas dez auditorias em obras distribuídas em dez estados e 43 municípios, nos quais foram avaliadas a construção de 119 UBSs e 35 UPAs no valor de, aproximadamente, R\$ 137 milhões. Realizou-se também auditoria operacional no Programa Mais Médicos, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria na ação de governo.

No Sistema Único de Saúde (SUS), foi realizada auditoria operacional para avaliar aspectos de governança referentes à pactuação intergovernamental. As responsabilidades foram avaliadas nos três níveis de governo e abordaram-se temas como institucionalização, coordenação, coerência, gestão de riscos e controle interno.

Em relação à política de desporto, destaca-se o levantamento no Sistema Nacional do Desporto (SND), incluindo o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), a Confederação Brasileira de Clubes (CBC) e as entidades de administração do desporto (confederações). O diagnóstico



Foto: Daniela Fioravanti



FiscNordeste Recife

permitiu a compreensão desse sistema, com a identificação de seus pontos críticos, que poderão direcionar futuras fiscalizações.

Destaca-se a implementação de acompanhamento de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas (fiscalizações contínuas), com vistas a identificar, por meio de cruzamentos sistemáticos de bases de dados, indícios de irregularidades nos benefícios e propor, quando cabível, ações de controle que mitiguem o risco de pagamentos indevidos e busquem aperfeiçoar a fiscalização dessa matéria.

Para além das políticas setoriais, destacou-se o levantamento realizado para avaliar o aspecto territorial das políticas públicas. Dessa forma, optou-se por iniciar a aborda-

gem pelas regiões Norte e Nordeste, com a apresentação de panoramas de cada um dos estados, sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento – em seus aspectos econômico, social, inclusivo e sustentável –, bem como uma síntese das ações de controle relevantes, realizadas com foco no território do respectivo estado.

Outras ações de destaque na área social envolvem levantamentos de auditoria com o objetivo de obter visão abrangente sobre a situação geográfica e econômico-social dos Estados de Alagoas e Piauí, que compõem o FiscNordeste, consolidação de fiscalizações sobre o tema “desenvolvimento econômico e nacional”, em andamento no Tribunal. As

auditorias buscaram identificar os principais desafios enfrentados pelos estados e as informações colhidas serão utilizadas como parâmetro na definição de áreas prioritárias em futuras fiscalizações.

### **Ações relacionadas à área de desenvolvimento nacional**

A área de desenvolvimento nacional compreende variados temas que podem ser reunidos nos seguintes grandes grupos: sistema financeiro nacional, macroavaliação do Governo Federal, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento agrário, ciência, tecnologia e inovação, desenvolvimento industrial e comércio exterior e turismo.

Ao elaborar o planejamento das ações a serem realizadas em 2015-2016, foi dada ênfase aos temas transversais e concebida a relação de macrodesafios a serem enfrentados: desburocratizar e destravar o desenvolvimento nacional, aumentar a efetividade e eficiência das políticas públicas, estimular a produtividade e a inovação, incrementar a competitividade, incentivar a sustentabilidade e a redução de desigualdades e fortalecer a estabilidade macroeconômica. Considerando esses macrodesafios, foram propostas ações de controle relacionadas a cada um dos temas.

Quanto ao assunto “sistema financeiro nacional”, foi realizado exame da legalidade

da aplicação dos recursos públicos pelas instituições financeiras federais e avaliação da eficiência e da eficácia dos mecanismos utilizados pelas entidades responsáveis pela supervisão do sistema bancário brasileiro. Também foram previstas ações de controle com o objetivo de fomentar o fortalecimento da gestão e governança dos órgãos e entidades do Ministério da Fazenda, com foco em riscos e controles internos, além de diagnósticos sobre a sustentabilidade das fontes de recursos utilizadas para o financiamento de políticas públicas regionais. Destacam-se também os trabalhos realizados para apurar as causas e consequências do aumento da dívida interna federal no período de 2011 a 2014. Todas essas iniciativas buscam induzir a regularidade, a eficiência e a transparência do financiamento de políticas públicas e do sistema financeiro nacional.

Com relação ao tema “macroavaliação do Governo Federal”, apresenta-se como principal destaque a emissão de parecer prévio conclusivo acerca das contas prestadas pela Presidente da República, que, pela primeira vez, lhe concedeu prazo para apresentação de contrarrazões às ressalvas apontadas. Como resultado, foi proferido parecer prévio recomendando a rejeição das contas pelo Congresso Nacional, a quem cabe julgá-las.

Outra ação relevante nesse tema decorreu da avaliação de mecanismos de previsão

de receitas para elaboração do orçamento anual. O TCU realizou levantamento no Ministério da Fazenda (MF) e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para identificar os critérios de previsão de indicadores macroeconômicos utilizados para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). A fiscalização comparou os valores das receitas previstas com as efetivamente realizadas nos anos de 2011, 2012 e 2013 e verificou possíveis discrepâncias e efeitos sobre a execução orçamentária e as finanças públicas. O Tribunal também conferiu se foram observadas as variações de índice de preços e de crescimento econômico, assim como a responsabilidade na gestão fiscal, e avaliou a natureza das receitas, especialmente as fontes de recursos, devido ao seu impacto sobre os contingenciamentos e a geração de resultados primários.

No terceiro grupo estão os assuntos relacionados a agricultura, meio ambiente e desenvolvimento agrário. Foi realizada parceria com onze EFS para analisar as ações governamentais relacionadas à gestão das áreas protegidas (AP) e das unidades de conservação (UC). Ainda sobre esse tema, destaca-se que o ano de 2015 foi declarado pelas Nações Unidas o Ano Internacional dos Solos. Aproveitando a oportunidade, foi desenvolvido projeto para avaliar as políticas e iniciativas relacionadas à gestão territorial e à promoção da sustentabilidade

do solo e da água, além de levantamentos para obter informações sobre melhor planejamento do controle externo referente à gestão federal de crise hídrica e avaliar o processo de seleção e manutenção de beneficiários da Reforma Agrária.

No quarto grupo, ciência, tecnologia e inovação, desenvolvimento industrial e comércio exterior e turismo, cabe destacar as linhas de ação com vistas a caracterizar e avaliar aspectos de formulação, implementação e/ou resultados de políticas públicas por meio de diagnósticos sistêmicos – ações para o fomento à ciência, pesquisa e inovação, conduzidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e entidades vinculadas.

Em consonância com temas desenvolvidos pela área social, foram incluídas questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, do ponto de vista de delimitação de escopo, do aspecto territorial das políticas públicas, a fim de realizar diagnóstico sistêmico da eficiência de políticas públicas do governo federal executadas na região Norte e mapear os desafios locais para o desenvolvimento inclusivo e sustentável daquela região.

No que toca à avaliação da conservação da biodiversidade na América Latina, foi



realizada, em 2015, auditoria em áreas protegidas latino-americanas para analisar a política pública de preservação da biodiversidade, a partir da avaliação da gestão das APs. A fiscalização foi conduzida sob coordenação conjunta do TCU e da Controladoria-Geral da República do Paraguai.

#### **Ações relacionadas à área de infraestrutura**

Os empreendimentos da área de infraestrutura envolvem os setores de petróleo e gás, energia, infraestrutura urbana, habitação, comunicação, obras hídricas e transportes nos seus diversos modais (rodoviário, aéreo, aquaviário, ferroviário, metroviário). Nesse cenário, importa enfatizar que o controle externo realizado pelo TCU vai além da auditoria de obras públicas. Fiscalizam-se as concessões de serviços públicos, a gestão e a governança das entidades públicas que atuam no setor. O exame empreendido no tocante a atos e contratos compreende as vertentes operacional e de regularidade.

A superação dos desafios colocados no setor da infraestrutura nacional interessa especialmente à sociedade, que ganha com o aumento na qualidade da prestação do serviço. De modo reflexo, a superação dos desafios também interessa ao setor produtivo, o qual tem operado com elevados custos resultantes de uma infraestrut

tura pouco apropriada para os padrões de competitividade exigidos no mercado global. No tocante à Administração Pública, a agenda governamental relativa ao setor em análise está descrita no PPA 2012-2015. O macrodesafio lá colocado consiste na expansão da infraestrutura, garantindo a integração nacional e com os países da América do Sul.

Diante desse quadro e a partir dos estudos setoriais e dos planos de governo, deu-se início a um conjunto de ações de controle. No setor portuário, empreendeu-se auditoria operacional no processo de elaboração do Plano Mestre do Porto de Santos, que é o instrumento de planejamento que define como se dará o desenvolvimento e a expansão do porto.

No setor aeroportuário, sobressai auditoria sobre as atuações da Secretaria de Aviação Civil, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários nos aeroportos brasileiros.

No âmbito ferroviário, tem-se fiscalização, na modalidade acompanhamento, dos atos praticados pelo Conselho de Administração da VALEC Engenharia, tendo por objetivo avaliar a efetiva atuação do referido como instância de governança daquela empresa pública.

No setor rodoviário, destaca-se fiscalização de conformidade em projetos do programa Crema 2ª Etapa – BR 262, no Mato Grosso do Sul, e fiscalização, na modalidade acompanhamento, da atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na aprovação dos investimentos previstos na primeira etapa de concessões rodoviárias.

No segmento de transporte hidroviário, foi executada auditoria operacional, no âmbito do relatório sistêmico sobre hidrovias, com o objetivo de avaliar a governança do Plano Hidroviário Estratégico (PHE), os principais desafios e os gargalos desse setor.

Em relação à habitação e infraestrutura urbana, salienta-se auditoria sobre a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) com foco nos controles internos da Caixa Econômica, na vertente Operações de Mercado do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Também em 2015, o TCU atuou na fiscalização de inúmeras obras de saneamento básico. Dentre elas, fiscalizou convênios celebrados entre o Ministério das Cidades e municípios com mais de cinquenta mil habitantes para a execução física e financeira de obras de saneamento. O objeto da auditoria foi o programa de governo intitulado “Serviços Urbanos de Água e Esgoto”, mais especificamente os serviços de abas-

tecimento de água e de esgotamento sanitário. Ao todo, foram avaliados contratos que totalizam R\$ 10,4 bilhões.

Foram realizadas, ainda, auditorias para fiscalizar o repasse de recursos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para obras de saneamento em municípios de Alagoas, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

No setor de energia, foi realizado monitoramento da auditoria sobre segurança energética, com vistas a acompanhar as ações do Ministério das Minas e Energia (MME), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) referentes ao Leilão A-5 de 2015, cujo objeto tratava da contratação de energia elétrica para o ano de 2020. O monitoramento também avaliou os planos de ação encaminhados pelos órgãos auditados no sentido de promover a melhoria da segurança energética do setor elétrico.

Ainda no setor de energia, destacamos o acompanhamento da revisão do contrato, firmado em 2010 entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A., que tem por objeto a cessão onerosa, à cessionária (Petrobras), do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos localizados na área do



pré-sal, limitado à produção de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo.

Finalmente, registram-se as atividades realizadas pelo grupo de trabalho da “Operação Lava Jato”, constituído para receber e tratar as informações compartilhadas pela Justiça Federal do Paraná. Os documentos

recebidos, além de servirem como elementos probatórios naqueles processos abertos no Tribunal, também são analisados com vistas à prospecção de novos objetos de controle. Como consequência, o Tribunal criou unidade técnica específica para acompanhar os desdobramentos dessa operação investigatória.

### 1.3.2 Auditorias coordenadas

No Brasil, os mais relevantes programas governamentais, sobretudo os que alcançam segmentos mais carentes da população, são implementados por meio da ação conjunta e coordenada de todos os entes que compõem a Federação: União, estados e municípios. No caso de temas que transcendem o território de um país, como o meio ambiente, surge a necessidade de ações de avaliação em conjunto com países próximos ou blocos regionais.

Por isso, o TCU tem realizado importantes auditorias coordenadas, em continuidade à iniciativa de fortalecer as parcerias com

os tribunais de contas dos estados e municípios e EFS de países vizinhos, bem como promover a articulação e a coordenação entre entes federativos e nações parceiras.

Trata-se de formato específico de atuação por meio de auditoria, em que os órgãos de controle externo atuam em conjunto para entregar diagnósticos inéditos e isentos para apoiar a execução de políticas públicas e contribuir para o aperfeiçoamento da governança e dos resultados das ações do setor público.

Destacam-se as seguintes auditorias realizadas sob esse formato:



- ◆ Analisar as ações governamentais relacionadas à gestão das áreas ambientais. Foram avaliadas mais de duzentas unidades de conservação de diversos biomas brasileiros (caatinga, cerrado, mata atlântica, pampa e pantanal). As EFS dos outros onze países envolvidos na fiscalização examinaram mais de seiscentas áreas de preservação, perfazendo o total de 873 áreas apreciadas (TC 006.762/2014-0, Acórdão 1.206/2015-TCU-Plenário);
- ◆ Fiscalizar as obras de habitação do Programa Minha Casa Minha Vida, tendo por base os critérios especificados no documento *Guidelines on Social Housing*, da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (Unece), da Organização das Nações Unidas (ONU), em coordenação com as EFS integrantes da Olacefs (TC 016.801/2015-6);
- ◆ Avaliar os regimes próprios de previdência da União, estados e municípios, em questões afetas aos seus controles administrativos e operacionais, em conjunto com os tribunais de contas dos estados e dos municípios (TC 009.285/2015-6);
- ◆ Examinar, com a participação dos tribunais de contas dos estados e dos municípios, a qualidade e a disponibilidade das instalações e equipamentos das escolas públicas de ensino fundamental, a conformidade da aplicação dos recursos recebidos pelas escolas no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR-infraestrutura), bem como os respectivos controles do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (TC 025.384/2015-5).
- ◆ Obter e sistematizar informações sobre governança e gestão da saúde nas organizações públicas das esferas estadual e municipal em todo o país, de forma coordenada com outros tribunais de contas (Levantamento de Governança e Gestão em Saúde, TC 011.770/2015-5).

### 1.3.3 Relatórios sistêmicos

A partir de 2013, o TCU iniciou a produção de relatórios sistêmicos (Fisc) sobre áreas e funções de governo relevantes para a sociedade, tais como saúde, educação, previdência, energia, cultura, turismo, segurança pública e infraestrutura. Esses relatórios abordam as questões orçamentário-financeiras, os principais problemas temáticos, segundo a visão do TCU, e os acompanhamentos realizados pelo Tribunal sobre os pontos mais complexos.

sultados de fiscalizações, consolidou-se a partir de 2015, com o objetivo de estabelecer um instrumento de comunicação sistemático com o Congresso Nacional, os gestores públicos, os demais órgãos governamentais e a sociedade, organizar os diálogos temáticos e contribuir para a macroavaliação governamental – não só do ponto de vista da conformidade, mas também do desempenho.

A produção e divulgação dos Fiscs, um formato inovador de apresentação de re-

São exemplos de ações apresentadas no formato Fisc:

● Relatório sistêmico de fiscalização de infraestrutura de telecomunicações, com o objetivo de apresentar panorama das políticas públicas do setor de telecomunicações (TC 008.293/2015-5, Acórdão 28/2016-TCU-Plenário);

● Relatório sistêmico da função “educação”, com o objetivo de traçar um panorama sobre a execução orçamentária e financeira do governo federal na área de educação nos exercícios de 2010 a 2013, sobre os desafios e avanços quanto à melhoria de indicadores educacionais brasileiros, com ênfase nas metas assumidas no novo PNE

2014-2024 e no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, e sobre problemas de governança em programas e instituições fiscalizados (TC 020.808/2014-3, Acórdão 528/2015-TCU-Plenário);

● Relatório sistêmico de fiscalização de tecnologia da informação (TI), com o objetivo de delinear a conjuntura desse setor na esfera federal, com foco em: principais características e evolução das despesas de TI na Administração Pública Federal, comparativo internacional sobre a capacidade brasileira de aproveitar recursos de TI em prol do desenvolvimento

nacional, e áreas em que a abertura de dados atual é insuficiente para proporcionar transparência, conscientização da sociedade e oportunidades econômicas pelo setor privado (TC 019.861/2014-1 Acórdão 228/2015-TCU-Plenário);

● Relatório sistêmico da função “cultura”, com objetivo de analisar onde são aplicados os recursos destinados às políticas culturais, tais como as relacionadas ao direito à memória, e como elas são monitoradas e avaliadas pelo Ministério da Cultura (MinC) (TC 018.752/2014-4, Acórdão 921/2015-TCU-Plenário).

### 1.3.4 Contas do Governo

De acordo com o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o TCU, reunido em sessão plena, deve apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio.

Em 2015, o Plenário do TCU apreciou as Contas de Governo referentes a 2014 e emitiu parecer prévio pela sua rejeição, fato esse incomum, vez que ocorreu apenas em uma ocasião, quando da apreciação das contas do exercício de 1936. Uma novidade é que, ao longo do processo, o TCU concedeu à Presidente da República a oportunidade de se manifestar quanto às irregularidades identificadas no relatório preliminar, em atenção aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Ao final da apreciação, o Tribunal emitiu alertas e recomendações ao Poder Executivo federal acerca dessas irregularidades e enviou o parecer prévio ao Congresso Nacional, a quem cabe julgar as Contas de Governo.

O parecer do TCU é conclusivo no sentido de exprimir se as contas prestadas pelo Presidente da República representam adequadamente as posições financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro, e se observam os princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública Federal. Esse parecer resulta da avaliação

ACESSE A PÁGINA DE  
CONTAS DO SITE DO TCU:



do relatório sobre a execução dos orçamentos e a atuação governamental, elaborado por diversos órgãos e consolidado pela Controladoria-Geral da União (CGU), bem como do exame do Balanço Geral da União, elaborado e consolidado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O relatório sobre as Contas do Governo de 2014, que embasa a emissão do parecer prévio, contém informações sobre: o desempenho da economia brasileira no exercício; os instrumentos de planejamento e orçamento; a gestão fiscal, notadamente quanto ao cumprimento dos limites e parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); a ação setorial do governo a partir da análise dos indicadores e metas dos programas temáticos do PPA 2012-2015; e os resultados da auditoria do Balanço Geral da União referente a 2014. Em complemento ao relatório, o Tribunal fornece diagnóstico abrangente sobre o tema “Governança Pública para a Competitividade Nacional”, baseado em levantamentos realizados pelas diversas unidades técnicas da Corte.

### 1.3.5 Olimpíadas Rio 2016

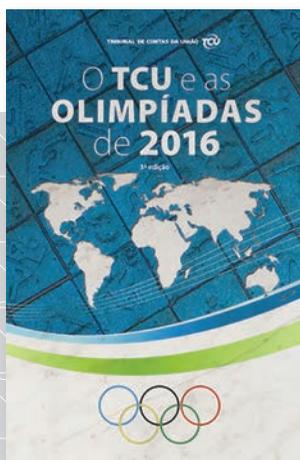
No que se refere ao acompanhamento dos Jogos Olímpicos de 2016, que acontecerão na cidade do Rio de Janeiro, o TCU procurou conhecer o modelo de governança dos entes e dos participantes envolvidos na consecução dos Jogos, com o propósito de orientar ações de controle externo voltadas à execução dos programas e projetos do governo federal visando à realização do Evento.

Os trabalhos desenvolvidos a partir das informações obtidas no levantamento de governança resultaram em determinações

e recomendações, algumas relativas à sustentabilidade nas obras de infraestrutura para os Jogos, aos legados ambientais para o Município e para o Estado do Rio de Janeiro, à entrega do Plano de Legado pelo Ministério do Esporte e, principalmente, à questão do déficit.

Ao longo do exercício de 2015, buscou-se identificar a situação de cada uma das referidas fiscalizações, bem como o nível das medidas adotadas para o adequado atendimento das determinações do Tribunal. Além disso, foram realizadas visitas às obras das arenas onde serão realizadas as competições.

As auditorias e as informações relevantes referentes às ações de controle são registradas, para fins de divulgação, no Portal Fiscaliza Rio 2016 ([www.fiscalizario2016.gov.br](http://www.fiscalizario2016.gov.br)), produto do acordo de cooperação firmado entre o TCU e os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro. Por meio do Portal, ampliaram-se as formas de controle da sociedade sobre os gastos públicos, abrindo espaço para o cidadão interagir com esta Instituição. Encontra-se em desenvolvimento ferramenta de divulgação e acompanhamento interno das ações desta Corte de Contas relacionadas com o referido evento esportivo.



O TCU e as Olimpíadas de 2016



### 1.3.6 Atuação em operações especiais de infraestrutura – “Lava Jato”

Desde 2008, com mais periodicidade, o TCU tem empreendido diversas auditorias em contratos de obras relacionados, pelo menos, às três principais refinarias da Petrobras: Refinaria Abreu e Lima (RNEST), Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar). Nessas ações de controle, que redundaram em cerca de trinta tomadas de contas especial em apuração, estão indicados prejuízos potenciais que podem superar R\$ 5 bilhões.

No primeiro semestre de 2014, o Ministério Público da União, em consulta ao TCU, utilizou-se de dados dessas auditorias para robustecer ações que culminaram na deflagração da então Operação Lava Jato. Iniciada a operação, a Justiça Federal compartilhou com o TCU volume substantivo de informações e documentos obtidos das investigações e das inúmeras delações premiadas realizadas.

Ante essas informações, esta Corte de Contas, com a merecida prioridade, constituiu, no final de 2014, força de trabalho composta por auditores de diversas unidades técnicas, com o propósito de dar celeridade a instruções de processos relacionados à “Operação Lava Jato”, bem como realizar ações de controle para o tratamento de

indícios de irregularidades identificados a partir da análise de documentos compartilhados pela Justiça Federal no âmbito dessa Operação.

Nesse contexto, são dignas de nota as ações de controle inovadoras realizadas com o uso de informações fiscais, como foram os casos das análises pioneiras nas unidades de coqueamento retardado (UCR), de hidrotreamento de diesel (UHDT) e de destilação atmosférica (UDA), todas da RNEST, em processos relatados pelo Ministro Benjamin Zymler por meio dos Acórdãos 1.990/2015 e 2.960/2015, ambos do Plenário do TCU, oportunidades em que foram apontados prejuízos potenciais de R\$ 1,7 bilhão.

Ainda à luz dos novos elementos surgidos a partir da Operação Lava Jato, foi instruído processo relacionado aos contratos das obras de Modernização da Repar, sob a relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Acórdão 2.163/2015-TCU-Plenário. Das amostras analisadas, ajuizou-se potencial prejuízo aos cofres públicos superior a R\$ 1,3 bilhão.

Não menos importante, no contexto investigativo da Petrobras, com a participação da mencionada força de trabalho, desenvolveu-se método estatístico-paramétrico para

quantificar dano total de cartel em contratações realizadas pela petroleira na área de abastecimento desde o ano de 2002. Após apreciação do Plenário do TCU, sob relatoria do Ministro Benjamin Zymler, o estudo foi devidamente respaldado por meio do Acórdão 3.089/2015-TCU-Plenário, em que são apontados possíveis prejuízos à Petrobras da ordem de R\$ 29 bilhões (ou 17% dos preços ofertados nas licitações).

De imediato, tal metodologia será supedâneo para a avaliação da justeza na prolação dos acordos de leniência em negociação pela CGU. A partir do estudo, viabilizam-se exames sobre a existência de cartéis em contratações da Administração Pública, como também estimativas de prejuízos decorrentes desse ilícito. Ademais, a estruturação e mineração nos dados obtidos pelas ações de busca e apreensão da Polícia Federal, que muito em breve deve gerar frutos de controle externo, merece relevo.

Diante desse cenário, e sempre empreendendo esforços às ações de controle com objetos conexos à Operação Lava Jato, com a experiência de sucesso tida com o grupo de trabalho, no final de 2015, o TCU, por meio da Portaria-TCU nº 348, de 30 de dezembro de 2015, determinou a criação da SeinfraOperações. Essa nova unidade técnica, criada principalmente para lidar com os processos com objetos conexos à Operação Lava Jato, conta com vinte auditores, distribuídos em uma diretoria, um grupo de trabalho, denominado GTOperações, e um serviço, designado Serviço de Obtenção e Tratamento de Dados em Infraestrutura (SDI).

Tanto a diretoria quanto o grupo de trabalho estão constituídos para realizar ações de controle, inclusive fiscalizações, decorrentes de dados e informações obtidas por meio da relação com outras instituições de controle. O serviço, como o próprio nome sugere, está com a missão de obter e tratar, de forma especializada, dados e informações relacionados à infraestrutura.



...são apontados possíveis  
prejuízos à Petrobras da  
ordem de R\$ 29 bilhões.





## 1.4 ACORDOS DE LENIÊNCIA

O TCU, com o advento da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), instaurou grupo de trabalho para analisar possíveis sobreposições e conflitos eventualmente gerados em relação às suas competências legais e constitucionais.

O Tribunal concluiu que o processo administrativo específico mais adequado de reparação integral do dano a que se refere a Lei Anticorrupção é a tomada de contas especial (TCE), o que atrai a competência do TCU, e, por outro lado, entendeu que a celebração de acordo de leniência não afasta as competências do Tribunal sobre os mesmos fatos objeto do acordo.

Especificamente em relação aos acordos de leniência, o TCU, no exercício do controle concomitante e a exemplo de processos de fiscalização de concessões, editou a Instrução Normativa-TCU 74, de 11 de fevereiro de 2015.

Essa Instrução Normativa prevê o acompanhamento dos processos de celebração dos acordos de leniência em cinco etapas, desde a manifestação da pessoa jurídica interessada em cooperar para a apuração de atos ilícitos praticados no âmbito da Administração Pública e dos termos e condições negociados, o próprio acordo em si,

até a avaliação dos resultados obtidos após a celebração.

Para cada proposta de acordo de leniência remetida ao TCU há a atuação de processo específico e sorteio de ministro-relator. Em razão dos termos da Lei Anticorrupção, a apreciação de cada etapa ou conjunto de etapas se dá em sessão reservada do Plenário.

Há dispositivo específico na Instrução Normativa que salvaguarda a atuação do TCU em outros processos de controle externo, ou seja, explícita que o TCU é fiscal dos acordos de leniência e não partícipe desses ajustes.

Essa Instrução Normativa foi atacada pelo Partido Popular Socialista (PPS) por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.294, impetrada junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) cujo relator é o Ministro Marco Aurélio. Até o final de 2015, continuava em vigência, sendo a competência do TCU ratificada em parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR).

## 2. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Com o objetivo de fortalecer o canal de comunicação com o Congresso Nacional e aproximar o Tribunal da sociedade e de órgãos e entidades estratégicos, foram realizadas diversas iniciativas no exercício de 2015 que serão apresentadas ao longo deste capítulo.

Estas ações visam estimular a transparência, por meio da divulgação das informações em linguagem acessível, com qualidade e tempestividade, de forma a possibilitar a participação ativa das partes interessadas no controle da gestão pública.

Além disso, o TCU também atuou no sentido de intensificar a parceria com órgãos de controle nacionais e internacionais. A atuação conjunta e articulada com órgãos de controle evita a superposição de ações, otimiza a utilização dos recursos e amplia o alcance de resultados.



## 2.1 ATUAÇÃO JUNTO AO CONGRESSO NACIONAL

Em conformidade com o preceito constitucional, o TCU presta ao Poder Legislativo auxílio técnico indispensável para acompanhamento e controle da execução orçamentária, avaliação do desenvolvimento e adequação das políticas públicas, além de manter permanente fluxo de informação acerca dos resultados de fiscalizações realizadas.

### Participação em Audiências Públicas

A participação do Tribunal em audiências públicas se traduz em significativa oportunidade para a discussão de temas indispensáveis ao aprimoramento das ações de controle a cargo do TCU e do próprio Congresso Nacional.

Nas audiências públicas e reuniões oficiais realizadas no Congresso Nacional, suas Casas e Comissões em 2015, o Tribunal apresentou os resultados de auditorias feitas nas áreas de ciência, tecnologia da informação e inovação e participou dos debates para avaliar as contas públicas brasileiras, expondo suas considerações sobre a apreciação das contas do governo referentes ao ano de 2014 e sobre as transferências constitucionais, entre outros temas.

No debate sobre Acordo de Leniência (Projeto de Lei 3.636/2015), o Presidente da Corte de Contas se pronunciou em defesa das prerrogativas do TCU e externou preocupação com possíveis mudanças legislativas que pudessem enfraquecer a atuação

do Tribunal. Em audiência pública sobre o tema, o TCU apontou os riscos à atuação do controle externo presentes no texto original do projeto de lei.

O TCU promoveu, em abril de 2015, por meio de sua Secretaria-Geral de Controle Externo, encontro técnico para intercâmbio de experiências e potenciais ações colaborativas com representantes do Tribunal, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A reunião teve como objetivo compartilhar a visão de cada órgão sobre assuntos de interesse comum, como avaliação de planos, programas e políticas públicas, orçamento e planejamento nacional de longo prazo.

### Presença em Reuniões oficiais

Uma importante iniciativa do Tribunal é a realização de visitas aos parlamentares do Congresso Nacional. Nesse sentido, prioriza-se a aproximação com as Comissões Temáticas das Casas do Congresso Nacional, com o objetivo de divulgar com as Presidências das

Foto: Se com divulgação



Presidente Aroldo Cedraz com deputados, vice-presidente da Caixa e sindicato dos lotéricos

comissões os principais produtos do TCU relacionados às respectivas áreas de atuação.

No início de 2015, com o objetivo de promover o estreitamento dos laços entre o Tribunal e o Parlamento, o Presidente e o Vice-Presidente do TCU visitaram os Presidentes da Câmara e do Senado Federal.

Foram feitas visitas a presidentes de Comissões Permanentes para apresentar os principais trabalhos do TCU, como as ações de controle realizadas pelo Tribunal em áreas finalísticas fundamentais ao desenvolvimento do setor de TI: a auditoria na Lei de Informática e a avaliação de sistemas estruturantes da Administração Pública, destacando-se a fiscalização no Sistema de Convênios (Siconv).

### **Participações de servidores do TCU em reuniões técnicas e Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's)**

Também foram realizadas reuniões técnicas para tratar de requerimentos para participação do TCU em audiências públicas, propostas de fiscalização e cessão de servidores para CPI's. Outras reuniões tiveram como objetivo prestar informações ou esclarecimentos sobre processos do Tribunal aos parlamentares, assessores e consultores legislativos.

Importa destacar, também, que o TCU participou ativamente da elaboração da Lei de Responsabilidade das Estatais, oferecendo ao Parlamento contribuições especializadas. Em relação ao Projeto de Emenda Cons-



titucional que prevê a criação de uma Autoridade Fiscal Independente (PEC 83/2015), Ministros da Casa e técnicos esclareceram ao Parlamento aspectos da atuação do Tribunal nas áreas relacionadas.

O Presidente do TCU recebeu, em 2015, parlamentares e representantes da sociedade civil para tratar de diversos assuntos de interesse nacional. Exemplo dessa atuação foi a reunião com deputados federais e representantes da sociedade civil para esclarecer os principais pontos do acórdão que determinou à Caixa Econômica Federal a realização de licitação para regularizar a situação de mais de seis mil casas lotéricas. Também foram realizadas visitas de equipes técnicas do Tribunal a gabinetes de deputados interessados no assunto para apresentar todos os detalhes da questão.

### **Fiscalizações solicitadas pelo Congresso Nacional**

Nos termos do art. 71, inc. IV, da Constituição Federal, compete ao TCU, em auxílio técnico ao controle externo exercido pelo Congresso Nacional, realizar, por solicitação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Nesse sentido, o Tribunal realizou diversas fiscalizações em 2015 por solicitação legislativa, dentre as quais se destacam as dedicadas a: relatório sistêmico da política indigenista (FiscIndigenista), com a finalidade de fornecer ao Congresso Nacional, suas comissões e Casas Legislativas, bem como à sociedade brasileira, um panorama da política em questão; avaliação dos problemas e gargalos operacionais da Política Nacional de Assistência à Saúde Integral da Mulher, como o exame de mamografia realizado no Sistema Único de Saúde (SUS), os motivos da baixa cobertura do exame de mamografia na população-alvo, os motivos do aumento da taxa de mortalidade do câncer de mama, os serviços de anatomia patológica credenciados pelo SUS e a rede de atendimento credenciada pelo SUS, entre outros; auditoria no Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) para avaliação da aplicação dos recursos deste fundo no período de 2011 a 2014; fiscalização do procedimento de licitação e do contrato administrativo levados a termo para a execução das obras do edifício sede da Petrobras na cidade de Vitória (ES); e em destaque a realização do relatório sistêmico sobre a função saúde, o FiscSaúde, que apresentou ao Congresso Nacional e à sociedade informações estruturadas que permitiram a confecção de um diagnóstico fundamentado da situação da saúde no Brasil, podendo servir de subsídio ao planejamento das ações no âmbito do Governo e do controle externo.



## 2.2 ATUAÇÃO INTERNACIONAL

De acordo com o Plano Estratégico do TCU para o período 2015-2021, são objetivos estratégicos “intensificar parcerias com outros órgãos de controle” e “intensificar o intercâmbio nacional e internacional para compartilhamento de melhores práticas para o controle”.

O ano de 2015 foi marcado por relevantes acontecimentos que envolveram o Tribunal de Contas da União na área internacional. A participação em organismos internacionais na área de controle externo tem trazido reflexos diretos na elaboração e revisão das normas do TCU, proporcionando impactos positivos pela adoção das melhores práticas na área da auditoria do setor público. O Tribunal beneficia-se também do aumento da profissionalização dos servidores e da qualidade e credibilidade de suas auditorias perante as partes interessadas nacionais e internacionais.

### Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai)

#### Presidência do Comitê de Normas Profissionais (PSC)

No âmbito da Intosai, destaca-se a eleição do TCU para ocupar o cargo de presidente do Comitê de Normas Profissionais (PSC, por sua sigla em inglês) a partir de 2017. Esse comitê é responsável pela condução de um dos quatro objetivos estratégicos da organização. A eleição ocorreu na última reunião do Comitê Diretivo da Intosai, em 2015. O Tribunal venceu forte candidato, o Tribunal de Contas Europeu, por quinze votos a três.

Foto: Secom divulgação



Reunião Intosai, doadores



Em função do papel ativo que vem desempenhando na comunidade internacional de controle e o reconhecimento público de sua competência técnica, o Tribunal está participando de forças-tarefas encarregadas de discutir temas centrais para a Intosai, como certificação profissional e planejamento estratégico para o período 2017-2022.

### **Programa 3i**

O TCU está participando, também, do Programa de Implementação das Issais (Programa 3i), conduzido pela Iniciativa para Desenvolvimento da Intosai (IDI), que consiste em auxiliar as EFS a identificar sua situação quanto à implementação de normas internacionais de auditoria, bem como executar a estratégia para implantação das ISSAIs nos três tipos de auditoria governamental: financeira, operacional e de conformidade.

O Tribunal conta com facilitadores certificados pela IDI que, por um lado, internamente estão participando de processo de alinhamento da metodologia utilizada pelo TCU às normas internacionais de auditoria e, por outro, estão contribuindo para a implementação dessas normas em outras EFS.

O diagnóstico das práticas do TCU, bem como o plano de ação, auxiliará no aperi-

moramento dos normativos e dos procedimentos das auditorias, alinhando-os aos padrões internacionais, o que contribuirá para a profissionalização dos auditores e para a elaboração de trabalhos de maior qualidade, segundo as melhores práticas internacionais de auditoria.

### ***Supreme Audit Institutions Performance Measurement Framework (SAI-PMF)***

O TCU também continuou, ao longo de 2015, sua contribuição ao Marco de Medição de Desempenho das EFS (SAI-PMF), tanto no que se refere à construção da versão definitiva da ferramenta, quanto na aplicação do instrumento em EFS de vários países, notadamente no âmbito da Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs).

### **Indicadores Nacionais Chave (KNI)**

Ainda na Intosai, o Tribunal passou a integrar o Grupo de Trabalho sobre KNI, que tem o propósito de promover o papel das EFS na avaliação de eficiência e efetividade do uso dos recursos nacionais e aumentar a credibilidade da Intosai na arena internacional, no controle dos indicadores nacionais chave.

## Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs)

### Presidência da Olacefs

Em relação à Olacefs, o TCU finalizou em 2015 sua gestão de três anos à frente da organização regional. No período, todos os indicadores utilizados para medir o nível de satisfação das EFS da região em relação à Olacefs cresceram, sendo que a média, em uma escala de 0 a 4, aumentou de 3,2 para 3,6.

### Programa de capacitação

Durante o período em que presidiu a Olacefs, até dezembro de 2015, o Tribunal – por intermédio do ISC – atuou como subsede da Organização para seu programa de capacitação e promoveu diversas ações de capaci-

tação em temas como Auditoria Ambiental, Auditoria de Obras Públicas e Auditoria de Sistemas Informatizados. Com os cursos virtuais, apenas em 2015, foram beneficiados cerca de 340 auditores de praticamente todas as EFS da região.

### Presidência do Comitê de Criação de Capacidades (CCC)

O TCU liderou o processo de planejamento estratégico da Olacefs durante o ano de 2015 e assumiu, a partir de janeiro deste ano, a Presidência do CCC. A missão do comitê é promover e gerir o desenvolvimento das capacidades profissionais das Instituições Supremas de Controle da Olacefs. Seu modelo de negócio apoia-se em três pilares: desenvolvimento de capacidades, gestão do conhecimento e incorporação de boas práticas.

### Subcomitês e grupos de trabalho

O Tribunal manteve sua participação, por intermédio das unidades técnicas de sua Secretaria-Geral de Controle Externo, em diversos subcomitês e grupos de trabalho permanentes da organização, para o desenvolvimento de importantes projetos e atividades para aprimoramento do controle nas respectivas áreas (veja quadro).

Foto: Auditoria Superior da Federação do México



Assembleia-Geral Olacefs, Querétaro, México



### Auditorias coordenadas

Em 2015, concluíram-se importantes auditorias coordenadas nos temas de biodiversidade e de governança de tecnologia da informação. Deu-se continuidade às auditorias sobre passivos ambientais e sobre moradias populares, e iniciaram-se os trabalhos nas áreas de educação, obras rodoviárias e combate à pobreza, esta última realizada sob os princípios da IDI, por se tratar de trabalho piloto no âmbito do Programa 3i.

As auditorias de moradias populares e obras rodoviárias estão sendo realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho de Obras

Públicas, liderado pelo TCU, que tem conseguido alavancar sobremaneira esse tipo de auditoria nas EFS da região, a partir da grande expertise acumulada pelo TCU na área.

O período do Tribunal à frente da Olacefs marcou também uma mudança radical nas assembleias e em outras reuniões do grupo, que agora têm um formato muito mais participativo, em que são debatidos os principais temas técnicos de interesse das EFS da região. Durante o ano de 2015, as Jornadas Eurosai-Olacefs e a Assembleia-geral foram ambas realizadas com esse formato, reconhecido por todos como muito mais produtivo.

---

### Fortalecimento de alianças

O período foi marcado pelo fortalecimento das alianças da Olacefs com parceiros externos, como a Agência de Cooperação Alemã (GIZ), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a própria IDI.

Com relação ao Banco Mundial e ao BID, foram identificadas possíveis áreas de interesse comum. Ao longo de 2016, a perspectiva é de que as negociações avancem, de forma a possibilitar a formatação de acordos de cooperação para o apoio de

atividades de interesse do Tribunal na área do controle.

No final de 2015, o Ministério da Cooperação Alemã aprovou a celebração de um acordo do governo da Alemanha com o TCU, discutido ao longo do ano, a ser implementado por intermédio da GIZ, com o objetivo de fortalecer o controle externo no Brasil e na América Latina na avaliação de políticas públicas que tenham impacto ou forte correlação com a área ambiental. O projeto tem um valor estimado de três milhões de euros, com duração inicial de três anos.

## Subcomitês e grupos de trabalho de que o TCU participa

Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai)	Comitê de Normas Profissionais (PSC)	Presidente (a partir de janeiro de 2017)
	Subcomitê de Auditoria de Desempenho (PAS)	Presidente até dezembro de 2016
	Subcomitê de Auditoria de Conformidade (CAS)	Membro
	Subcomitê de Normas de Auditoria de Controle Interno (ICS)	Membro
	Grupo de Trabalho de Dívida Pública	Membro
	Grupo de Trabalho de Auditoria em Tecnologia da Informação	Membro
	Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental	Membro
	Grupo de Trabalho de Modernização Financeira e Reforma Regulatória	Membro
	Grupo de Trabalho de Auditoria de Indústrias Extrativas	Membro
	Grupo de Trabalho de Indicadores Chave Nacionais	Membro
Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs)	Organização	Presidente (até 2015)
	Comitê de Criação de Capacidades (CCC)	Presidente
	Grupo de Trabalho de Obras Públicas (GTOP)	Presidente
	Grupo de Trabalho para a Aplicação de Normas Internacionais de Auditoria (GTANIA)	Membro
	Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente (COMTEMA)	Membro
Organização das Instituições Supremas de Controle da CPLP (OISC/CPLP)	Organização	Secretaria Geral
Organização das EFS dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile (EFSUL)	Organização	Membro



## Projeto TCU-OCDE

O ano de 2015 marcou o lançamento do produto relativo à segunda fase do projeto TCU-OCDE sobre governança pública, projeto que se encerrará com sua terceira fase em 2016.

No ano passado, também foi fortalecida a aproximação do TCU com duas entidades fiscalizadoras superiores consideradas de referência do mundo, o GAO (Estados

Unidos) e o NAO (Reino Unido), particularmente no que diz respeito ao uso de ferramentas de TI para o aprimoramento dos mecanismos de controle externo. Em relação ao GAO, em especial, a aproximação foi bem intensa. O TCU realizou uma missão técnica à instituição e participou de evento organizado pelo GAO com algumas EFS para o intercâmbio de experiências nessa área.

## Outras organizações de Entidades Fiscalizadoras Superiores

No cenário internacional, o TCU também integra importantes organismos multilaterais voltados ao controle governamental, como a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile (EFSUL) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP).

O TCU ocupa a Secretaria Executiva da Organização da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP). Nessa função, tem atuado para fortalecer o controle governamental em países lusófonos da África e Ásia. Em 2015, a OISC/CPLP realizou reuniões e atuou na definição de seu novo plano estratégico, que contempla as prioridades futuras de cooperação com vistas a guiar a cooperação entre as entidades fiscalizadoras dos países de língua portuguesa. O TCU também acompanhou

as reuniões e o progresso das atividades da Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul (EFSUL), que fiscaliza a aplicação dos recursos públicos pelo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM).



Encontro Fiesp OCDE

## Diálogos Setoriais

No primeiro semestre de 2015, foram concluídos levantamentos da unidade técnica especializada em Previdência no TCU, no âmbito do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e pela Delegação da União Europeia

no Brasil (Delbra). Essas ações de controle tiveram por objetivo avaliar comparativamente a estrutura de financiamento da Previdência brasileira com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/UE); e a estrutura de financiamento e dos controles do seguro-desemprego adotado no Brasil com os países da União Europeia (Acórdão 733/2015-TCU-Plenário).

## Eventos internacionais

O Tribunal também esteve presente em importantes eventos internacionais que permitiram a troca de experiências e parâmetros para que esta Casa esteja alinhada com as melhores práticas de controle externo no Brasil e no mundo. A oportunidade de debater assuntos tão complexos com especialistas e gestores de outras instituições fortalece o papel do TCU em benefício da sociedade.

### Conferência Governança do Solo na Global Soil Week

O Presidente do TCU, ministro Aroldo Cedraz, apresentou os resultados da Conferência Governança do Solo na *Global Soil Week* (GSW), que ocorreu em Berlim, Alemanha. O tema desse ano foi “*Soil. The Substance of Transformation*” (Solo. A substância de transformação). Durante o fórum, foram discutidas questões de alta complexidade relacionadas à degradação, governança e gestão do solo.

### Conferência internacional sobre crescimento e responsabilidade financeira

O TCU participou da conferência, realizada em maio de 2015, em Quito, no Equador, e promovida por diversas instituições, como a Federação Internacional de Contadores (Ifac), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A conferência



Foto: Secom divulgação

Conferência Governança do Solo na *Global Soil Week* (GSW), Berlim, Alemanha



teve como objetivo discutir temas relacionados à promoção do crescimento por meio de uma maior responsabilidade financeira.

### **39ª Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)**

O fórum sobre o estado mundial dos recursos do solo reuniu ministros, chefes de estado e de governo, no mês de junho de 2015, em Roma. Após a apresentação dos embaixadores da boa vontade do ano internacional dos solos, em 2015, o presidente do TCU integrou um painel ao lado dos ministros da Agricultura de Gana e do Uruguai, bem como de representantes da sociedade civil e do setor privado. As relações entre solos, segurança alimentar e mudança do clima deram o tom dos debates.

### **Encontro sobre desenvolvimento sustentável**

Foi um evento ocorrido em maio de 2015 em Nova York com o propósito de debater sobre mecanismos de acompanhamento, avaliação, gestão e governança dos recursos naturais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), decorrentes da agenda pós-2015 e propostos pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2014.

### **VIII Jornadas Eurosai-Olacefs**

As VIII Jornadas Eurosai-Olacefs começaram no dia 24 de junho de 2015, em Quito, no Equador. O evento reuniu as Entidades Fiscalizado-

ras Superiores da Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores da Europa (Eurosai) e da Olacefs e tinha o objetivo de compartilhar experiências e discutir temas relevantes para o fortalecimento institucional das regiões.

### **Encontro mundial de inovação no setor público**

O TCU participou, em julho de 2015, na cidade de Londres, do Congresso *LabWorks 2015*. O evento reuniu profissionais de vários países para compartilhar conhecimentos sobre ferramentas, habilidades e experiências de inovação aplicadas à melhoria de políticas públicas.

Representantes do Tribunal apresentaram a palestra *Spreading innovation in a Supreme Audit Institution*, que apontou as contribuições para o controle externo esperadas a partir da criação do seu laboratório de inovação. Como resultado, o TCU passou a figurar no *Global LabMap*, a rede mundial de laboratórios de inovação em governo, como a primeira instituição de controle no mundo a realizar tal iniciativa.



VIII Jornadas Eurosai-Olacefs em junho de 2015, Quito, Equador

## 2.3 PARCERIAS E EVENTOS NACIONAIS

As transformações tecnológicas e a modernização da Administração Pública mudam continuamente a forma como as organizações agem e se comunicam, aumentando a necessidade de instituir novas parcerias e fortalecer as existentes.

Os acordos de cooperação promovem o intercâmbio de informações, a cooperação técnico-científica, a realização de trabalhos coordenados e de ações de capacitação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos.

Em 2015, o TCU assinou trinta e três acordos de cooperação e quatro termos aditivos de prorrogação de instrumentos já existentes, com destaque para a celebração de acordos nos seguintes temas:

- ◆ Auditorias Coordenadas em áreas prioritárias para a sociedade: o TCU celebrou sete acordos de cooperação técnica com a Associação dos Tribunais de Contas (Atricon) e com o Instituto Rui Barbosa (IRB), com objetivo de viabilizar a realização de ações coordenadas, em âmbito nacional – esferas federal, estadual, distrital e municipal –, nas áreas de pessoal, previdência social, saúde, educação, segurança e governança pública;
- ◆ Inovação: foram firmados acordos de cooperação com o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), vinculado ao
- ◆ MCTI, e com a Universidade Católica de Brasília (UCB) visando, respectivamente, ao desenvolvimento de metodologias capazes de otimizar o processo de auditoria e ao desenvolvimento de aplicativos voltados ao estímulo na utilização de dados abertos para favorecer a transparência na gestão pública;
- ◆ Prevenção e repressão à corrupção: o Tribunal celebrou acordos com tribunais de contas estaduais e Rede de Controle, em diversos estados, com o objetivo de promover a articulação institucional e implementar ações conjuntas e de apoio mútuo.
- ◆ Acesso a sistemas e bases de dados: o TCU estabeleceu cooperação com diversas instituições, com o objetivo de obter acesso e utilização das bases de dados de diversos sistemas, a exemplo do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), Registro Nacional de Condutores Habilitados (Renach), Sistema Cadastro Nacional de Empresas Mercantis (CNE), Central Nacional de Disponibilidade de Bens (CNIB), Sistema de Penhora Eletrônica de Imóveis (Penhora online) e Sistema Eletrônico de Registro de Imóveis do Distrito Federal;

## Parceria nacional

### Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) é uma iniciativa do Ministério da Justiça para contribuir com o combate sistemático à lavagem de dinheiro no país. Consiste na articulação de órgãos dos três poderes da República, do ministério público e da sociedade civil, que atuam, direta ou indire-

tamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, com objetivo de identificar falhas e propor o aprimoramento do sistema.

O TCU participa da Enccla desde a sua instituição e ao longo dos anos de vigência da parceria tem contribuído ativamente na implementação e na coordenação das ações deliberadas pelo grupo. No ano de 2015, destacaram-se as seguintes ações:

- ◆ Estabelecimento de estratégia articulada de fomento, monitoramento e cobrança do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), em relação à transparência ativa e passiva. Os órgãos participantes da ação desenvolveram metodologia unificada para avaliação da transparência ativa, a qual foi aplicada pelo Ministério Público Federal em mais de cinco mil municípios de todo o país, viabilizando a criação do Ranking Nacional da Transparência.
- ◆ Elaboração e discussão de documento que orienta órgãos e entidades de todos os poderes e esferas a avaliarem os programas de integridade de médias e grandes empresas (valores e medidas para prevenção e combate de irregularidades) no âmbito de processo administrativo de responsabilização (PAR) ou de acordo de leniência, ambos previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).
- ◆ Continuidade do desenvolvimento do Sistema de Consulta e Análise de Dados de Contratação com o Poder Público e proposição de norma para sua implementação em todos os tribunais de contas. Nesse âmbito, o TCU elaborou e disponibilizou para homologação uma interface que fornece aos tribunais de contas informações referentes aos dados do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg);
- ◆ Concepção e proposição de mecanismos para viabilizar aos órgãos de controle interno e externo e aos órgãos de defesa da concorrência acesso à base de nota fiscal eletrônica e à escrituração contábil digital do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).
- ◆ Participação efetiva como colaborador na Ação 4, cujo objetivo foi “Estabelecer estratégia articulada de fomento, monitoramento e cobrança do cumprimento da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), em relação à transparência ativa e passiva”. Como resultado foi elaborada metodologia para avaliar a transparência ativa e passiva das entidades públicas que recebem repasses de recursos federais.

## Eventos

O TCU, no ano de 2015, promoveu e/ou participou de uma série de encontros com vistas ao intercâmbio de informações e aprimoramento técnico dos participantes. Os eventos relacionados ao controle da gestão pública são fundamentais para estreitamento de relações com órgãos e entidades parceiras e para o aperfeiçoamento da atuação do controle externo.

### Conferência Governança do Solo

Entre os dias 25 e 27 de março de 2015 ocorreu, em Brasília, a Conferência Governança do Solo, que buscou sensibilizar a

sociedade brasileira sobre a importância da conservação e uso sustentável do solo. Foram debatidos temas relevantes como a importância do solo, os riscos de degradação, os conflitos de utilização e as iniciativas bem-sucedidas ligadas a sua gestão, entre outros.

A Carta de Brasília, documento resultante do encontro, endereçada a agentes públicos e parlamentares, registrou as principais contribuições do evento, referentes à temática do solo. A íntegra do documento pode ser conferida aqui.



ACESSE ESTA  
PUBLICAÇÃO:

Relatório  
Governança  
do Solo



Fotos: Secom divulgação



Conferência Governança do Solo

## Diálogos públicos

Dando continuidade à prática adotada em gestões anteriores, o TCU retomou o Programa “Diálogo Público”, no qual são convidados gestores públicos das esferas federal, estadual e municipal e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes de órgãos e entidades da Administração Pública, fundações públicas e privadas, para discutir temas voltados à gestão do dinheiro público, aspectos operacionais e exercício do controle.

A temática que orienta a gestão da Presidência do TCU para 2015-2016 é “Controle mais efetivo, mais benefício para o cidadão”. Com isso, a intenção é modernizar a forma de gerir o Tribunal de Contas da União e aperfeiçoar o controle externo como um todo, de modo a induzir melhorias para o país.

Os temas dos eventos de Diálogo Público realizados em 2015 foram os seguintes:

- ◆ Acessibilidade – caminho para a inclusão (junho)
- ◆ Controle externo em ação: presente e futuro da fiscalização de TI (junho)
- ◆ Desafios para o sucesso das Olimpíadas Rio 2016 – realização e legado (agosto)
- ◆ Os desafios para inclusão digital (outubro)
- ◆ Judicialização da saúde no Brasil (outubro)
- ◆ II Seminário Internacional Governança e Desenvolvimento: práticas inovadoras e o papel do controle externo (novembro)
- ◆ O novo marco regulatório no setor de mineração e o controle externo (novembro)
- ◆ Sustentabilidade dos regimes previdenciários (novembro)
- ◆ Governança das aquisições – encontro com o controle externo – 2ª edição – nas cidades de Rio de Janeiro (outubro), Recife (outubro), Brasília (novembro), Fortaleza (novembro), Manaus (novembro) e Belém (novembro).



Encontro de Dirigentes

### **Encontro de dirigentes e encontros regionais**

Anualmente, o Tribunal promove o Encontro de Dirigentes, que reúne os titulares das unidades de suas secretarias com o objetivo de alinhar as prioridades da gestão e definir as diretrizes táticas de cada uma dessas unidades. São realizados debates, palestras e reuniões para revisão e discussão das metas e indicadores de desempenho da instituição.

Já os encontros regionais de dirigentes são realizados com gestores de determinada região do país com o objetivo de promover o aperfeiçoamento das ações de controle e propiciar uma maior aproximação entre as diversas instâncias do Tribunal na sede e nos estados. No evento, as lideranças

locais têm a oportunidade de apresentar dados básicos sobre os seus estados e secretarias, principais ações de controle realizadas, em andamento e planejadas, e principais riscos e desafios.

Esses encontros aprimoram a parceria entre as unidades internas, imprimem maior força à comunicação e representam uma forma proativa de trabalhar na integração de processos e de disseminar a estratégia do Tribunal às unidades localizadas nos estados.

### **Semana de Inovação em Gestão Pública**

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e o Tribunal de Contas da União (TCU) promoveram, de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2015, a Semana de Inovação em Gestão Pública – Transformando Ideias em Soluções. O objetivo foi promover a cultura de inovação e empreendedorismo na Administração Pública Federal e criar um ambiente interativo e criativo com ideias e soluções para a melhoria de processos e serviços públicos.

Nos dois primeiros dias, autoridades e especialistas nacionais e internacionais debateram temas relevantes à área de inovação. Dentre os participantes, destacam-se representantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Delegação da União Europeia no Brasil,



MindLab da Dinamarca e Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Durante o evento foi apresentado o inovaTCU, programa criado em 2014, voltado para a inovação dentro do Tribunal, e que tem como objetivo estimular a inovação no controle externo em benefício da sociedade, fomentando criatividade, estimulando colaboração, com foco nas pessoas, confiando em parcerias e compartilhando conhecimento.

### **Seminário Internacional Brasil 100% Digital**

Promovido em parceria com o Governo Federal por meio da Casa Civil e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e realizado em Brasília em abril de 2015, o fórum objetivou a troca de experiências relacionadas à construção de serviços digitais e ao uso de dados abertos como instrumento de transparência e controle social, com foco na avaliação e melhoria de serviços e políticas públicas. Para os debates, foram convidados representantes dos países mais avançados do mundo na área de Governo Digital, como Estados Unidos, Reino Unido, França, Holanda, Austrália e Cingapura.

### **Brasil 100% Digital: 1º Seminário sobre Análise de Dados na Administração Pública**

Promovido pelo Tribunal de Contas da União e CGU, em setembro de 2015, em

Brasília, e transmitido ao vivo pelas redes sociais, o objetivo do encontro foi a troca de experiências relacionadas ao uso de técnicas avançadas de análise de dados na gestão e no controle de instituições e políticas públicas. Os painéis versaram sobre sistemas de coleta e análise de informações, uso de algoritmos, gestão de riscos, análise de textos e dados não estruturados, entre outros temas.

### **15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal**

Para celebrar os 15 anos da LRF, o TCU promoveu, em maio de 2015, um amplo debate sobre a política fiscal do país e seus desafios. O seminário reuniu autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, representantes internacionais e servidores da Administração Pública. Foi destacada a im-



Seminário Internacional Brasil 100% Digital

portância da Lei de Responsabilidade Fiscal para o amadurecimento da democracia brasileira e a melhoria da gestão financeira do país, sendo um marco regulatório para o controle das finanças públicas do Brasil.

### **Congresso internacional de controle e políticas públicas**

Organizado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), com o apoio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e realizado em Belo Horizonte no mês de outubro de 2015, o evento teve como objetivo promover a melhoria da Administração Pública mediante apresentação de estudos sobre a qualidade das políticas públicas praticadas, bem como a multiplicação e intercâmbio de conhecimentos.

O presidente do TCU, Aroldo Cedraz, preferiu a palestra “O controle externo no terceiro milênio: desafios e possibilidades”, na qual registrou as expectativas para as entidades de controle da Administração Pública e concluiu: “não há democracia que possa prescindir do papel do controle, seja como um guardião do império das leis, seja como farol a indicar caminhos de aprimoramento da gestão estatal em benefício da cidadania”.

### **II Seminário Internacional Governança e Desenvolvimento**

Entre os dias 3 e 4 de novembro de 2015 foi realizado o II Seminário Internacional Governança e Desenvolvimento: práticas inovadoras e o papel do controle externo. Durante o evento foi lançado o guia de boas práticas resultante da primeira edição do seminário, ocorrida em 2014.

Em decorrência do encontro, o TCU firmou o Protocolo de Intenções com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tendo por objeto a futura realização do estudo internacional “Aprimoramento da Coordenação e do Desempenho de Políticas Públicas Descentralizadas por meio de Auditorias Coordenadas”.

Dado o caráter transversal da iniciativa, pretende-se que o estudo seja concebido em benefício não apenas do TCU, mas dos tribunais de contas estaduais e municipais, consolidando parceria já existente entre o TCU, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e contribuindo, conseqüentemente, para a coordenação das variadas iniciativas dos tribunais de contas afetas à melhoria das políticas públicas descentralizadas.



## 2.4 INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

O Tribunal, no ano de 2015, realizou diversas ações para aprimoramento de sua comunicação institucional com a sociedade por meio da Ouvidoria, do aperfeiçoamento e da criação de novos canais de comunicação e disponibilização de serviços on-line.

### Ouvidoria

A Ouvidoria do Tribunal de Contas da União tem como atribuição receber informação a respeito de irregularidade em ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal, envolvendo recursos federais, assim como sugestão de aprimoramento, crítica ou reclamação de serviço prestado pelo próprio TCU.

Além de atender ao público interno, a unidade tem sido um canal de comunicação com a sociedade, viabilizando a indução de processo de melhoria da gestão pública, do aperfeiçoamento das atividades de controle externo e do funcionamento do próprio Tribunal.

Em 2015 foram atendidas 5,6 mil demandas, cujos temas vão desde reclamações devido à falta de profissionais da saúde em cidades do interior do país até sugestões acerca da atuação do Tribunal. Desde 2014, com o advento da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), os Pedidos de Acesso à Informação (PAIs) passaram a representar metade das manifestações recebidas pela unidade.

Para facilitar o atendimento às demandas, estão em andamento, no âmbito do TCU, iniciativas de implementação de soluções de tecnologia específicas para dispositivos móveis. Assim, em breve, o cidadão poderá comunicar de qualquer lugar irregularidade ou pedir informação de forma fácil e imediata, podendo registrar a situação mediante fotos ou vídeos e encaminhar ao Tribunal.

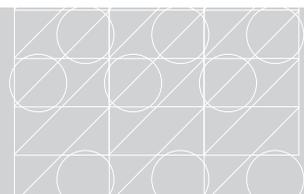
Conforme pesquisa de satisfação dos usuários internos e externos, verifica-se que a atuação da Ouvidoria tem atendido às expectativas. Em média, em 2015, mais de 80% dos manifestantes que responderam à pesquisa se declararam satisfeitos com o nível de atendimento da unidade, levando-se em conta a qualidade da resposta, prazo de atendimento e o atendimento do serviço telefônico 0800.



**Ouvidoria do TCU**

Tel.: 0800-644-1500

e-mail: [ouvidoria@tcu.gov.br](mailto:ouvidoria@tcu.gov.br)



---

## Novos canais de comunicação

Com o objetivo de aperfeiçoar a comunicação do TCU com as partes interessadas externas, o Tribunal criou novos produtos e canais de comunicação, alinhados às modernas plataformas informacionais.

### **Blog #EuFiscalizo**

O blog #EuFiscalizo ([www.eufiscalizo.gov.br](http://www.eufiscalizo.gov.br)) foi lançado em 2015. Seu conteúdo é voltado para o cidadão. Com linguagem simples e didática, tem por objetivo fomentar e divulgar ações de controle social e de cidadania desenvolvidas pelo TCU e também por outras instituições.

### **Vídeos em aeroportos brasileiros**

Vídeos com duração de trinta segundos com apresentação de trabalhos realizados pelo TCU passaram a ser veiculados, em 2015, em aeroportos de todo o país, via *aerochannel*, em um acordo de cooperação firmado entre o TCU e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Ao todo, foram produzidos oito vídeos que abordam temas de assistência social, energia, saúde, previdência social, segurança pública, infraestrutura, gestão ambiental e educação.

### **Cobertura em tempo real nas redes sociais**

O TCU inovou ao promover a cobertura, em tempo real, de eventos e sessões especiais, via Twitter e Youtube. Pelo canal oficial do TCU no Twitter (@tcuoficial), o cidadão pode acompanhar o que aconteceu nos eventos promovidos pelo Tribunal e em algumas sessões plenárias. Essa iniciativa possibilitou maior agilidade e interação na comunicação com o público.

A título de exemplo do potencial dessas novas plataformas, na cobertura do Seminário Internacional Brasil 100% Digital, o tema do evento e a *hashtag* #BrasilDigital entraram na lista nacional dos *Trending Topics* – recurso que mede a popularidade de assuntos no Twitter. O mesmo ocorreu por ocasião da sessão de apreciação das Contas de Governo, quando houve 334 mil visualizações de *tweets*, 18 mil visitas ao perfil e 3,9 mil novos seguidores.

Alguns eventos e sessões do Tribunal puderam ser acompanhados também por vídeo, ao vivo, via Youtube ([www.youtube.com/tcuoficial](http://www.youtube.com/tcuoficial)). Foi o que aconteceu, por exemplo, nas sessões do dia 17 de junho e 7 de outubro, em que foram apreciados o Relatório e o Parecer Prévio sobre as Contas do Go-

verno da República. Os dois dias de sessão, juntos, somaram 26.025 reproduções ao vivo, 210.168 reproduções e dois mil novos inscritos no canal.

### TV TCU

O ano de 2015 também marcou a criação da TV TCU, televisão do Tribunal na plataforma web. A TV TCU, disponibilizada no portal no final de 2015 ([www.tcu.gov.br/tvtcu](http://www.tcu.gov.br/tvtcu)), é um espaço que reúne diversas produções audiovisuais de interesse social.

O cidadão tem acesso a destaques das sessões e pode acompanhar o programa #Eu-Fiscalizo (também veiculado nos canais das TVs Câmara e Senado), assistir a eventos promovidos pelo Tribunal e acompanhar o TCU na mídia, entre outros.

### Infográficos sobre trabalhos de destaque

A comunicação visual facilita o entendimento e a compreensão de alguns temas complexos. Pensando nisso, em 2015 o TCU desenvolveu infográficos e os veiculou em totens e nas redes sociais. Os temas abordados foram Contas do Governo, abertura de dados, assistência social, auditoria coordenada do ensino médio, concessão da Ponte Rio-Niterói, Jogos Olímpicos Rio 2016, mineração de dados e inclusão digital.

### Campanhas de comunicação nas redes sociais

Em 2015, o TCU aproximou-se ainda mais do cidadão usuário das redes sociais. Em meio às postagens habituais, o Tribunal realizou campanhas temáticas de modo a interagir e engajar os seguidores dos perfis oficiais do Facebook ([www.facebook.com/tcuoficial](http://www.facebook.com/tcuoficial)), Twitter (@tcuoficial) e Youtube ([www.youtube.com/tcuoficial](http://www.youtube.com/tcuoficial)).

### Biblioteca Digital do TCU em QR Code

Ao priorizar a sustentabilidade, economicidade e tecnologia, o TCU racionalizou a impressão de algumas publicações institucionais com a criação de QR Codes para acesso eletrônico aos produtos e publicações existentes na Biblioteca Digital. Assim, o inte-



ressado em consultar os materiais produzidos pelo Tribunal pode ter acesso à versão eletrônica do documento desejado diretamente por meio do leitor QR Code instalado em seu *tablet* ou *smartphone*.

Além de criar novos canais de comunicação com a sociedade, o TCU promoveu melhorias na comunicação interna e no relacionamento

com as partes interessadas externas por meio de produtos de comunicação institucional.

### Publicações institucionais

Em 2015, o TCU produziu 39 publicações institucionais entre revistas (Revista do TCU e Revista Olacefs), sumários executivos, guias, cartilhas, livros, boletim eletrônico, relatórios, planos, entre outros. Desse total, cinco foram produzidas no idioma espanhol e uma em inglês. A maioria delas foi impressa, mas algumas foram produzidas apenas em formato digital. Todas as publicações estão disponíveis e ao alcance do cidadão no Portal do TCU, na Biblioteca Digital. Abaixo, segue a lista de publicações:

Acesse nossa  
Biblioteca Digital

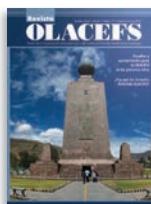


#### Publicações periódicas

Boletim da Olacefs



Revista Olacefs



Revista do TCU



#### Relatórios

Conferência  
Governança  
do Solo



Relatório da  
Secretaria-Geral de  
Controle Externo:  
janeiro a junho de  
2015



Relatório Sistêmico  
de Fiscalização da  
Previdência Social  
- Exercício de 2013  
(Fisc Previdência  
Social 2013)





<p>Relatório Anual do TCU de 2014 (relatório versão eletrônica)</p>		<p>Relatório Sistemático de Fiscalização da Assistência Social – Exercício de 2014 (Fisc Assistência Social)</p>		<p>Relatório Sistemático de Fiscalização de Tecnologia da Informação – Exercício 2014 (Fisc Tecnologia da Informação 2014)</p>	
---	--	--	--	--	--

Planos

<p>Plano Estratégico do Tribunal de Contas da União 2015-2021</p>		<p>Plano de Comunicação do TCU – Secom 2015-2016</p>		<p>Plano de gestão de Pessoas do TCU – Abril 2015/ Março 2017</p>	
---	--	--	--	---	--

<p>Plano de Controle Externo</p>		<p>Plano de Diretrizes Edição 2015</p>	
----------------------------------	--	--	--

Outras publicações

<p>Cinco motivos para abertura de dados na Administração Pública</p>		<p>Guia Recadastramento 2015</p>		<p>Organização do Sistema de Governança de Tecnologia da Informação (TI) – Nota Técnica 7/2014 Sefti/TCU</p>	
--	--	----------------------------------	--	--	--

<p>Fiscobras 2015 (cartilha)</p>		<p>O Congresso Nacional e o TCU: controle externo integrado</p>		<p>Orientações para Conselheiros de Saúde – 2ª edição</p>	
----------------------------------	--	---	--	---	--

Guia do Participante do Encontro de Dirigentes 2015 (versão impressa e eletrônica)



O TCU e as Olimpíadas de 2016 (3ª edição)



Política Pública de Inclusão Digital



Sumário executivo

Sumário Executivo Auditoria na Gestão de contratos de TI



Sumário Executivo Levantamento de Governança de TI 2014



Sumário Executivo Prestação de serviços previdenciários eletrônicos



Sumário Executivo Gestão da atenção básica à saúde no Brasil: auditoria coordenada



Sumário Executivo Levantamento de Pessoal na área de TI na Administração Pública Federal



Resumen ejecutivo de la auditoría coordinada sobre gobernanza de TI



Publicações em Espanhol e Inglês

*5 motivos para la apertura de datos em la Administración Pública*



*Plan de Control Externo del Tribunal de Cuentas de La Unión – Vigencia: abril de 2015 a Marzo de 2017*



*Soil Governance Conference*



*Conferencia Gobernanza Del Suelo*



*Plan Estratégico del Tribunal de Cuentas de la Unión 2015-2021*



## Programa de TV #EuFiscalizo

O programa “#EuFiscalizo” foi reformulado em 2015. As edições mensais, com duração de 26 minutos, agora são transmitidas pelos canais de TV da Câmara e do Senado, além de serem publicadas na internet por meio do *Youtube* e do *Facebook* e no portal do Tribunal (TV TCU).

De modo a contribuir para a participação da sociedade na vida administrativa e política do país, o programa apresenta reportagem sobre um tema específico, tendo como ponto de partida as fiscalizações do TCU. A principal diretriz do programa é estabelecer a relação das questões tratadas com a vida das pessoas.

No ano de 2015, foram produzidos e veiculados doze programas com os seguintes temas: Governança (Janeiro); Tecnologia da Informação – como o uso da TI coloca a Administração Pública em uma nova era (Fevereiro); Energia: geração e fontes alternativas (Março); Fornecimento de energia (Abril); Minha Casa, Minha Vida (Maio); Seguro-desemprego (Junho); Olimpíada Rio 2016 (Julho); Governança do solo (Agosto); Integração do Rio São Francisco (Setembro); Controle Social (Outubro); Acesso ao Ensino Superior (Novembro); e Contas de Governo (Dezembro).

## Vídeos institucionais

Atento a outras formas de comunicação e com o objetivo de levar ao maior número de pessoas os resultados do TCU e promover, assim, o exercício do controle social, o TCU continuou a investir na produção de vídeos institucionais. Foram produzidos 17 vídeos ao longo do ano, que abordaram diferentes temáticas: aniversário do TCU de 125 anos, biodiversidade, Brasil 100% digital, Casa dos Contos, Contas de Governo 2014, governança dos solos, judicialização da saúde, exposição *Leonardo da Vinci*, levantamento de governança pública, três anos de Olacefs, planejamento estratégico do TCU, segurança da informação e institucional do TCU, entre outras. Os vídeos estão disponíveis na TV TCU, no portal do Tribunal (<http://portal.tcu.gov.br/imprensa/tv-tcu/>) e nas redes sociais.

## Relacionamento com a imprensa

Em 2015, ano em que o Tribunal esteve em forte evidência nos grandes jornais nacionais e internacionais, o TCU realizou mais de três mil atendimentos diretos a jornalistas, além de auxiliá-los no decorrer das sessões plenárias semanais e em eventos presenciais realizados na sede do Tribunal, em Brasília ou nas secretarias de controle externo nos estados. Tais atendimentos resultaram, só na mídia impressa e online, em mais de 57 mil menções ao TCU. Desse total,

cerca de 98% das abordagens foram favoráveis à instituição.

Na área de notícias do portal, o TCU produziu mais de 280 textos voltados para a imprensa e também acessados pelo cidadão interessado em conhecer as últimas notícias do Tribunal. Pensando em aprimorar o conteúdo voltado para jornalistas, no final de 2015 o TCU iniciou estudos para reformular a página de imprensa no portal, bem como a de outros produtos de comunicação segmentada hoje oferecidos aos profissionais do jornalismo.

### Comunicação interna

Comunicar-se bem internamente também foi um dos objetivos buscados pelo Tribunal em 2015. Para isso, foram realizadas campanhas internas de comunicação que utilizaram as mais diferentes plataformas

de divulgação. O jornal interno do Tribunal, o “União”, é distribuído por e-mail para os servidores e colaboradores internos do TCU de todo o país. Em 2015, foram 227 edições desse periódico. Embora esse instrumento de comunicação esteja consolidado no seio da instituição em virtude de haver necessidade de congruência com as demais mídias, o informativo sofreu, ao final de 2015, reformulação no seu formato editorial e gráfico e foi inaugurado na primeira edição de 2016.

### A Voz do Brasil

O TCU também esteve presente no programa radiofônico “A Voz do Brasil”, há setenta anos no ar e conhecido por 57% dos brasileiros, segundo Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, realizada pelo Ibope e recomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Foram produzidos mais de cento e quarenta spots do “Minuto do TCU”, inserção que ocorre todas as segundas, quartas e sextas no programa de alcance nacional.

### Serviços on-line

Para atender às diretrizes da gestão do biênio 2015-2016 de induzir ao Governo Digital e promover a inovação do controle, foram disponibilizados, em 2015, serviços eletrônicos para atender aos cidadãos, partes interessadas, advogados e instituições governamentais.



Informativo União



## Aplicativos para dispositivos móveis (loja virtual)

O TCU lançou vários aplicativos móveis (*apps*) em seu portal e nas lojas virtuais *Apple Store* e *Google Play Store* com o intuito de aprimorar o uso da TI como instrumento de inovação para o controle. Por meio desse canal, servidores, advogados, partes interessadas, jornalistas e cidadãos têm acesso a amplo conjunto de informações e serviços relativos à atuação do Tribunal. Essas ferramentas, construídas sob a perspectiva de mobilidade tecnológica e de Governo Digital, ampliam o alcance das ações de controle e estabelecem novos mecanismos que possibilitam maior engajamento social. Estão disponíveis na loja virtual os aplicativos: Sessões, Publicações de Jurisprudência e Vista processual.

O aplicativo Sessões divulga pautas, atas e vídeos das sessões de julgamento do TCU e faculta ao usuário receber notificações sobre atualizações desses conteúdos. O dispositivo Publicações de Jurisprudência permite a leitura e a pesquisa das seguintes publicações: Boletim de Jurisprudência, Boletim de Pessoal e Informativo de Licitações e Contratos. Na solução de Vista Processual, usuários credenciados obtêm acesso aos autos processuais aos quais estejam habilitados. Os aplicativos são obtidos em <http://www.tcu.gov.br/app> ou por meio das citadas lojas virtuais *Apple Store* e *Google Play Store*.

## Aplicativos cívicos

Como forma de fortalecer o controle social e aproximar a instituição da sociedade, foi definido modelo de atuação apoiado em

ACESSE O SITE DO TCU  
E BAIXE OS APPS:



The screenshot shows the 'Aplicativos móveis do TCU' page on the TCU website. At the top, there is a navigation bar with 'Engl | Español', the TCU logo, 'TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO', and 'Fiscalização a serviço da sociedade'. Below the navigation bar, there is a search bar and a 'Login integrado' button. The main content area is titled 'Aplicativos móveis do TCU' and includes a sub-header 'Acompanhe a fiscalização dos recursos públicos de onde estiver. (#TCUDigital)'. The text explains that users can install the apps for free on their mobile devices and provides instructions on how to find them. There are two main app options listed: 'Tribunal de Contas da União' and 'Sessões'. The 'Tribunal de Contas da União' app is described as a tool for visualizing and receiving notifications about updates, while the 'Sessões' app is for visualizing and receiving notifications about updates, agendas, and audio/video of sessions.

aplicativos cívicos. Realizou-se, assim, a internalização de diversas bases de dados e obteve-se o apoio formal da Universidade Católica de Brasília (UCB) e seu Programa Educacional Brasileiro de Desenvolvimento para iOS (BEPiD). Para implementação do projeto foram selecionados os temas: saúde, educação básica e rede de proteção social.

No âmbito do controle externo da educação, está em desenvolvimento o aplicativo “Nossa Escola”, que tem a perspectiva de uma rede social para que alunos, professores e gestores discutam temas do dia a dia da escola e avaliem as condições de infraestrutura e desempenho. Um piloto desse aplicativo deve ser testado em escolas do Distrito Federal no primeiro semestre de 2016. Ainda na área de educação, foram

realizadas as primeiras tratativas para o desenvolvimento de aplicativo para orientar os conselheiros de alimentação escolar.

Nesse modelo de atuação, o Tribunal desenvolveu e disponibilizou consultas eletrônicas que fornecem, em tempo real, dados públicos abertos com informações necessárias ao funcionamento desses e de outros aplicativos cívicos.

Ainda com o objetivo de fortalecer o controle social na área da saúde, foi revisada e republicada a Cartilha “Orientação para os Conselheiros de Saúde”, que já vinha sendo largamente utilizada como guia prático para a formação de conselheiros, com o objetivo de estender a visão a respeito do papel de controle social que eles podem desempenhar na formulação e execução de políticas públicas para a área de saúde.

### Vista Eletrônica

Em maio de 2015 foi disponibilizada nova solução que possibilita que as partes interessadas e representantes legais acessem, a qualquer tempo, por meio do Portal do TCU, o conteúdo das peças do processo (nos termos previstos no art. 93 da Resolução 259/2014), à exceção dos processos que contenham peça sigilosa ou que sejam classificados como tal. Como resultado, houve aumento de um terço no volume de credenciamento de interessados e advogados.



Cartilha  
Orientação para  
os Conselheiros  
de Saúde



## 2.5 INTERAÇÃO COM OS GESTORES PÚBLICOS

Para aproximar o Tribunal da Administração Pública e, dessa forma, contribuir para o aperfeiçoamento desta, no exercício de 2015, foram realizadas diversas ações de capacitação em temáticas relacionadas ao controle externo e a processos de gestão. Além disso, foram disponibilizados serviços on-line, como os *web services*, o e-Contas e o e-Pessoal, entre outros, para facilitar e tornar mais célere o relacionamento com esse público.

### Capacitação de gestores

No âmbito nacional, foram disponibilizadas 1.241 vagas para servidores dos tribunais de contas dos estados e municípios em ações educacionais que trataram de temas como auditoria financeira, auditoria operacional, auditoria de sistemas de TI, sistemas e técnicas de inteligência e gestão estratégica.

Também foram ofertadas 45.872 vagas para servidores de outros órgãos e entidades em eventos sobre temas como Lei de Responsabilidade Fiscal, orçamento público, estruturas de gestão e políticas públicas, auditoria, contas, controles internos, análise de riscos, estruturas de governança, licitações e contratos e tecnologias emergentes na área de TI.

### Serviços on-line

#### Disponibilização de dados por meio de serviços de software (*web services*)

Foram implementados, no exercício de 2015, nas bases de dados do TCU, serviços de *web services* – soluções de informática utilizadas na integração de sistemas e na comunicação entre aplicações diferentes. Com essa tecnologia é possível que novas aplicações possam interagir com outras já

existentes e que sistemas desenvolvidos em plataformas diferentes sejam compatíveis. Ou seja, são componentes que permitem às aplicações enviar e receber dados em formato padrão em comum a outras aplicações.

Com a implantação de *web services*, dados produzidos ou custodiados pelo Tribunal podem ser utilizados por soluções de TI



e-Contas

criadas por outros entes públicos ou pelo cidadão, promovendo o intercâmbio de dados na Administração Pública e induzindo melhor exercício do controle social. Como exemplo, pode-se citar o cálculo de débito, sanções e condenações no TCU, mapa da saúde e contratações públicas na esfera federal.

### Sistema de prestação de contas anuais ao TCU (e-Contas)

No âmbito das diretrizes Governo Digital e Induzir a Eficiência do Estado, foi definida iniciativa estratégica para aperfeiçoar o recebimento e o tratamento das informações das prestações de contas das unidades jurisdicionadas. Para cumpri-la, foi lançado o e-Contas, sistema desenvolvido por equi-

pes do TCU e disponibilizado aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal para conceber, processar e enviar a prestação de contas anuais ao Tribunal.

Atualmente, o universo de órgãos e entidades abrangido pelo e-Contas é de 1.368 unidades prestadoras de contas (UPC), 75 órgãos de controle interno e 130 órgãos supervisores. O Sistema é ainda utilizado por mais de quarenta subunidades do TCU para o gerenciamento das contas prestadas pelos órgãos e entidades.

A quantidade de pessoas atualmente habilitadas para acessar o e-Contas supera os quatro mil usuários. Entre os usuários externos estão os gestores das unidades prestadoras de contas, os auditores dos órgãos de controle interno e os ministros de estado ou autoridades equivalentes que têm o papel de supervisão ministerial. O número de usuários internos do TCU que operam quase diariamente o sistema é superior a quatrocentos auditores.

A automatização da prestação de contas objetiva: melhorar a gestão do fluxo anual de trabalho, orientando e registrando as ações das pessoas responsáveis pela elaboração e pela análise das contas apresentadas, assim como os prazos de cada instância; eliminar a tramitação de documentos físicos; estruturar informações relevantes das contas para fins de transparência da gestão



dos órgãos e entidades; viabilizar análises automáticas e transversais de conteúdos de contas anuais dos órgãos e entidades; promover a integração das ações de controle externo de competência do TCU; e aumentar a transparência dos resultados dos julgamentos de contas pelo Tribunal.

O ano de 2015 foi marcado não apenas pelo lançamento do e-Contas para todos os atores internos (unidades técnicas do TCU) e externos (unidades jurisdicionadas, órgãos de controle interno e supervisores ministeriais). Também nesse exercício, foi feito o recebimento de todas as 1.502 prestações de contas de órgãos e entidades federais referentes ao exercício de 2014, inclusive com a autuação eletrônica dos 395 processos de contas pelo TCU. Com isso, eliminou-se o trânsito de papel entre as unidades jurisdicionadas, os órgãos de controle interno e o próprio TCU, uma vez que o sistema contemplou todo o fluxo da prestação das contas de 2014.

### Novo sistema de atos de pessoal (e-Pessoal)

Foi implementada uma versão piloto do novo sistema de atos de pessoal. Além de formulários mais completos, a grande novidade da nova solução é a realização automática de verificações dos dados informados pelos gestores no momento do cadastramento dos atos.

Com a introdução dessa melhoria, atos de pessoal com dados incompletos serão rejeitados automaticamente ou, nas hipóteses cabíveis, já serão devolvidos com as devidas justificativas para eventuais desvios encontrados, sendo possível, inclusive, a anexação de documentos. Isso resulta na melhoria das análises feitas pelos órgãos de controle (interno e externo), aumentando a qualidade e quantidade de atos analisados eletronicamente, o que traz, consequentemente, maior celeridade no julgamento dos atos.



Portal do TCU

### 3. PRÁTICAS DE GESTÃO

Esse capítulo aborda as realizações efetuadas em 2015 na dimensão de “Gestão e Inovação”. Para implementar as transformações desejadas é preciso possuir bases sólidas que apoiem os processos internos (de Controle Externo e de Relacionamento Institucional). Portanto, é essencial aperfeiçoar os mecanismos de desenvolvimento e reconhecimento profissional, o uso da tecnologia de informação como instrumento de inovação para o controle e os processos de recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

Nessa linha, o Tribunal tem aprimorado os sistemas de informação para otimizar os processos internos e, dessa forma, aumentar a qualidade e produtividade das atividades. Essa melhoria, por sua vez, exige que o quadro de servidores esteja capacitado para trabalhar com recursos tecnológicos emergentes. Por isso, é importante investir, cada vez mais, no treinamento e na produção de conhecimentos. O conhecimento científico somente ultrapassará as fronteiras acadêmicas se aplicado às rotinas de trabalho nos âmbitos administrativo e gerencial.



## 3.1 APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

O ISC, nos termos do § 2º do art. 39 da Constituição Federal, é a unidade de apoio estratégico, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência do TCU, responsável pelas ações de Educação Corporativa. O ISC realiza a seleção, formação e integração inicial de novos servidores e administra o Centro de Documentação e o Centro de Pesquisa e Inovação do Tribunal, áreas que fornecem suporte metodológico e logístico à pesquisa, produção, catalogação e disseminação de conhecimentos.

As ações educacionais empreendidas buscam o desenvolvimento de competências destinadas ao aperfeiçoamento da gestão pública e ao exercício do controle social, tendo como público-alvo servidores do TCU e de outros órgãos e entidades da Administração Pública, de Entidades Fiscalizadoras Superiores internacionais e, de amplo modo, dos demais cidadãos brasileiros.

O Instituto empenhou-se na redefinição de suas diretrizes estratégicas e no aprimoramento de seu modelo de aprendizagem corporativa, alinhando-o ao alcance dos objetivos do Tribunal e ao cumprimento da missão institucional. Dentre as ações concluídas em 2015, destacam-se:

### 3.1.1 Modelo de educação corporativa

Foi definido Modelo de Educação Corporativa para o ISC constante do Plano de Desenvolvimento Institucional e implementado em sua estrutura organizacional. O modelo tem por premissas a divisão por eixos, escolas e trilhas, a gestão por projetos, a responsabilidade por processos completos e produtos, a otimização do potencial

das equipes e a distribuição equilibrada de recursos. Os eixos são os direcionadores nos quais a educação se orienta, inspirados nos objetivos estratégicos do Tribunal e nas competências que devem ser desenvolvidas. As escolas traduzem as grandes temáticas de conhecimento dos eixos em um conjunto de ações de desenvolvimento



Obras do ISC

que propiciam a qualificação profissional e comportamental. Por sua vez, as trilhas representam o caminho integrado de desenvolvimento a ser percorrido pelo servidor.

Além disso, há três áreas transversais ao modelo, que abrangem competências de mais de um eixo: a Gestão do Conhecimento, área que trata do fomento à produção, à preservação e ao compartilhamento dos conhecimentos da organização; a Pesquisa e Inovação, área que busca a fronteira do conhecimento e o estado da arte em temas de interesse do público-alvo do ISC e a Ambientação, que representa a formação de novos servidores selecionados por concurso público e inclui competências dos diversos eixos, abrangendo as ações de capacitação para o ambiente de trabalho no qual o servidor será lotado.

### 3.1.2 Ações educacionais

O ISC promoveu em 2015 um total de 803 eventos educacionais, com 63.772 vagas ofertadas, por meio de diversos programas de capacitação. Esses treinamentos são promovidos pelo próprio Instituto ou contratados externamente e à modalidade de distância, presencial ou semipresencial.

Há também as ações educacionais de pós-graduação que promovem o desenvolvimento de competências profissionais voltadas ao desenvolvimento de pesquisa científica e ao treinamento aprofundado em áreas de conhecimento específicas, prioritárias e de relevo para a instituição. Essas

ações possuem carga mínima de 360 horas/aula e corpo docente constituído por professores de reconhecida capacidade técnico-profissional, dentre os quais: especialistas, mestres e doutores.

Em 2015, o Programa de Pós-graduação do ISC passou por uma série de aprimoramentos no intuito de obter o credenciamento educacional para a oferta direta de pós-graduação *lato sensu*. O ISC foi avaliado por uma comissão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do MEC. A comissão visitou as instalações do ISC, do Centro de Documen-



tação, do Museu, do Espaço Cultural e dos auditórios na sede do Tribunal. A proposta do programa priorizou três especializações: Análise de Dados Para o Controle, Auditoria Financeira e Auditoria do Setor Público.

Os aspectos avaliados pelo instrumento foram categorizados em cinco dimensões: planejamento e desenvolvimento institucional, gestão institucional, corpo social, desenvolvimento profissional e infraestrutura. Foram observados ainda requisitos de acessibilidade do ambiente, materiais e equipamentos escolares, cumprimento de exigências das legislações em educação ambiental, bem como dos critérios estabelecidos pelas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e pelo Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoal.

O ISC recebeu conceito final 4 num total de 5 pontos possíveis. Os tópicos referentes às instalações atuais e da futura sede, às atividades de ensino voltadas para pós-graduação, às iniciativas em pesquisa e inovação, aos procedimentos de avaliação, ao acervo bibliográfico e às ações de educação a distância (EaD) receberam a nota máxima na avaliação (nota 5).

Avaliação do  
Inep sobre o ISC



### 3.1.3 Certificação profissional de auditores

Durante o ano de 2015, definiu-se um grupo de trabalho no Tribunal no intuito de promover ações para estruturar o TCU como entidade certificadora de profissionais em auditoria, em conformidade com as diretrizes da Intosai e padrões internacionais.

Foram apresentadas ao Comitê Tático (composto por unidades do TCU) análises de custos de cinco possíveis cenários do projeto, bem como algumas teorias de aplicações

de testes. Na oportunidade, priorizou-se a profissionalização do auditor, com base no mapeamento de competências por processos de trabalho do controle externo e em trilhas de desenvolvimento. O modelo terá como princípios: base nas ISSAI (*International Standards of Supreme Audit Institutions*), manutenção periódica e consistência com núcleo adaptável, escalas de aprendizagem, abordagem modular, parcerias e sustentabilidade. A conclusão do projeto será em 2016.

### 3.1.4 Gestão do conhecimento

Em 2015 foi implantada unidade dedicada à Gestão do Conhecimento, com abordagem colaborativa e integrativa para criação, coleta, organização, acesso e uso de ativos de informação no TCU – que incluem bases de dados, sistemas e documentos. A área atua essencialmente em parceria com outras unidades do Tribunal, promovendo a criação e organização de serviços e espaços de informação, tais como *wikis*, comunidades de prática e repositórios digitais. No Portal TCU, desenvolve e administra taxonomias e ontologias para a representação de informações e define estratégias e metodologias para incentivo ao registro e ao compartilha-

mento de conhecimentos e experiências de interesse para o Tribunal em um processo sistematizado e transdisciplinar que gera valor para a instituição.

Em 2015, o Tribunal de Contas Europeu (*European Court of Auditors*) realizou pesquisa com EFS sobre práticas de gestão do conhecimento. O TCU destacou-se em diversos quesitos, incluindo o quesito “equipe dedicada” ao tema. Concorreram para o resultado a busca pela consolidação de estratégia institucional de Gestão do Conhecimento e a formalização de serviço específico (Serviço de Gestão do Conhecimento).

Outro destaque do ano de 2015 foi a implantação do Vocabulário de Controle Externo (VCE), ferramenta para padronização e organização de informações especializadas em controle externo, que conta atualmente com mais de 14 mil termos.

Ainda em 2015, foi implantado o sistema de editoração eletrônica da Revista do TCU, desenvolvido na plataforma *Open Journal System* (OJS). O sistema contribui de maneira significativa para aprimorar a qualidade dessa importante publicação institucional. Constam da solução as edições de 1997 em diante, que podem ser consultadas pelo Portal TCU.



Revista do TCU



A Biblioteca Ministro Ruben Rosa, dando continuidade a sua atuação na gestão da informação organizacional, desenvolve, dissemina e preserva o acervo bibliográfico e digital do TCU. Em 2015, foram atendidas mais de 1.200 demandas de pesquisa sobre jurisprudência, legislação e doutrina; adquiridos e incluídos mais de 2.600 livros, vídeos e periódicos em catálogos; e emprestadas mais de 8.500 obras. Foram ainda incorporadas ao acervo bases de dados digitais, tais como: *Safari Books* (45.544 seções visitadas); *e-books Ebrary* (2.338 páginas visitadas); Revista dos Tribunais On-line

com doutrina, jurisprudência e legislação; Ged-Web, de normas técnicas brasileiras e internacionais (com 2.065 acessos) e Biblioteca Digital Fórum.

Para implementar a política institucional de gestão arquivística foram desempenhadas uma série de atividades, que abrangem o recolhimento dos documentos de valor intermediário e permanente, visando ao descarte dos que já atingiram o prazo legal de guarda, o tratamento técnico, e a preservação do patrimônio documental do TCU, para garantir o pleno acesso à informação.

### Números da Biblioteca Ministro Ruben Rosa

Foram atendidas mais de

**1.200**

demandas de pesquisa sobre jurisprudência, legislação e doutrina

Adquiridos e incluídos mais de

**2.600**

livros, vídeos e periódicos em catálogos

Emprestadas mais de

**8.500**

obras

### 3.1.5 Concursos públicos

Em 2015 foram realizados concursos públicos para provimento de vagas para os cargos de Auditor Federal de Controle Externo (AUFC) e de Técnico Federal de Controle Externo (TEFC). Os resultados finais

dos dois concursos foram homologados em 1º de dezembro de 2015. Foi realizada também a primeira etapa do concurso para procurador do Ministério Público junto ao TCU.



## 3.2 PROGRAMA inovaTCU

O Programa de Inovação do TCU (inovaTCU) foi instituído para fomentar o desenvolvimento de cultura de inovação por meio do estímulo, apoio e acompanhamento de iniciativas e práticas inovadoras nas atividades de controle externo, bem como, na governança e na gestão da Instituição.

Como parte do programa, e em atendimento à diretriz de fomento à inovação, foi inaugurado em 2015 o Centro de Pesquisa e Inovação (CePI). A unidade tem por finalidades fomentar a pesquisa aplicada no Tribunal e coordenar o coLAB-*i*, primeiro laboratório de inovação em instituições de controle governamental no mundo. Sua missão é contribuir para o aperfeiçoamento do controle externo e da Administração Pública por meio de incentivo e indução da inovação.

Com essa iniciativa pioneira, o Tribunal serve de exemplo para que a Administração Pública encontre na inovação os meios necessários para alcançar patamares mais elevados de eficiência e qualidade na prestação de serviços à sociedade brasileira.

Nesse sentido, o CePI recebeu, ao longo de 2015, visitas de representantes de diversos outros órgãos e entidades públicas, interessados em conhecer a experiência do TCU e coletar boas práticas para aplicação em suas instituições de origem.

No mesmo exercício, foi inaugurado o portal inovaTCU ([www.tcu.gov.br/inovaTCU](http://www.tcu.gov.br/inovaTCU)), que reúne informações a respeito dos projetos de inovação que estão sendo implantados no âmbito do Tribunal e promove a divulgação de eventos e ações de capacitação relacionados à inovação, além de notícias relevantes sobre o tema. A fim de contribuir para a disseminação de conhecimento e o desenvolvimento de cultura inovadora no setor público em geral, todas as informações do portal podem ser acessadas externamente ao Tribunal.

No âmbito do Programa inovaTCU, foram realizadas outras iniciativas tratadas nessa publicação, como o 1º Seminário Internacional Brasil 100% Digital, em abril de 2015; a 1ª Semana de Inovação em Gestão



Logotipo  
inovaTCU

Pública, em dezembro de 2015; a inclusão, no Prêmio Reconhe-Ser 2015, de categorias específicas para reconhecimento de trabalhos inovadores e incentivo à apresentação de ideias inovadoras, tanto no âmbito do

controle externo como para governança e gestão do TCU e; o incentivo e apoio ao desenvolvimento de aplicativos móveis de caráter cívico, nas áreas de saúde e educação.

## Laboratório de Inovação e Coparticipação (coLAB-i)

Desde sua criação, o coLAB-*i* apoia as unidades do Tribunal no desenvolvimento de projetos inovadores, garantindo a gestão do conhecimento de soluções desenvolvidas, coordenando ações de cooperação e promovendo ações de capacitação e eventos. Dentre os serviços prestados pelo laboratório, destacam-se:

### Pesquisa

Presta suporte ao desenvolvimento de pesquisa e estudos em tecnologias emergentes como análise de dados, *big data* e georreferenciamento. Para aproximar o TCU dessas tecnologias, foram assinados, em 2015, acordos de cooperação com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e com a Universidade Católica de Brasília (UCB).

### Comunicação

Apoia a produção de eventos e publicações para fomentar a incorporação de novas tecnologias. Em setembro de 2015, numa

parceria entre TCU e CGU, aconteceu o 1º Seminário de Análise de Dados da Administração Pública. Diversas iniciativas desenvolvidas pela Administração Pública e seus resultados práticos foram apresentados em dois dias de eventos.

### Networking

Promove a criação de conexões entre diversos atores para construção de soluções *smart emobile*, pois uma das prioridades do



coLAB-*i* é fomentar o uso de análise de dados e o encontro de pessoas com *expertise* e interesse no assunto, iniciativa essencial para a multiplicação de esforços. Com esse objetivo, foi criada a primeira comunidade virtual de análise de dados do TCU que conta com a participação de mais de cem servidores. Está prevista para 2016 a abertura da comunidade a servidores de outros órgãos.

### Capacitação

Desenvolve aptidões e competências para ampliar o aprendizado corporativo e melhorar a qualificação de órgãos públicos, cidadãos e organizações não governamentais. Uma das ações de maior relevância promovidas pelo Centro de Pesquisa e Inovação foi a promoção de uma estratégia de Capacitação em Análise de dados.

Assim, no escopo da diretriz de fomento ao uso de análise de dados, foi proposto e iniciado em 2015 o Programa de Capacitação em Análise de dados (data analytics). O programa constitui-se numa série de iniciativas educacionais visando a suprir lacunas de competências relacionadas à análise de dados dos servidores do Tribunal de Contas da União e de órgãos parceiros.

### Desafio

Promove competições e concursos para fomento de ideias e desenvolvimento de

projetos inovadores. No último ano, o TCU participou do 1º Hackathon dos Tribunais de Contas, em Recife, com envio de problemas a especialistas nos temas de controle externo. Além disso, o TCU participou do StartupGov, evento que fomentou o debate com o objetivo de aproximar o governo de especialistas ligados ao ecossistema de *startups*, com vistas à formação de rede para discussão de ideias e possibilidades de futuras parcerias para resolução de questões de interesse público.

### Design

Fomenta a utilização da abordagem de *design thinking* para definir problemas e desenvolver soluções e serviços. Ao longo do ano de 2015, essa abordagem foi utilizada em diversas ocasiões para formulação de serviços, reformulação de espaços físicos e avaliação de áreas de atuação com excelentes resultados.

### Prototipação

Apoia o desenvolvimento de testes e protótipos de novas abordagens em auditoria antes da implementação em larga escala. Em 2015, iniciativas com o uso de análise de dados foram apoiadas pelo coLAB-*i*, dando oportunidade de ajustá-las antes de um investimento maior na construção da solução final.



## 3.3 ADEQUAÇÕES FÍSICAS E ADMINISTRATIVAS

### 3.3.1 Instalações físicas

Em 2015, a Administração deu seguimento às melhorias na infraestrutura do TCU, com a continuidade da construção do Edifício Anexo IV, em Brasília, onde funcionará o Instituto Serzedello Corrêa, a futura Escola Superior de Controle e o Centro Cultural do TCU.

Além disso, foram concluídas as obras de adaptação de instalações da Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre, e estão em andamento reformas de mesma natureza nas unidades da Bahia, Minas Gerais e Sergipe. Outras unidades, nos Estados de Goiás e Maranhão poderão ser beneficiadas em breve.

### 3.3.2 Adequação dos procedimentos administrativos

#### Racionalização no processo de contratação

Importante medida adotada pela Administração, em 2015, consistiu na decisão de centralizar na Secretaria-Geral de Administração, na sede do TCU, a partir de 2016, os procedimentos administrativos para a contratação de serviços terceirizados e as aquisições de bens permanentes e de consumo de dezoito secretarias de controle externo dos estados. As demais oito secretarias de controle externo estaduais já tiveram suas atividades centralizadas em momento anterior. Essa medida faz parte da gestão 2015-2016 de induzir a eficiência do Estado.

São muitos os benefícios da medida, destacando-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de aquisições e contratações, bem como

a criação de condições necessárias para que as unidades nos estados concentrem sua força de trabalho na execução das atividades finalísticas de controle externo, com resultado positivo para toda a sociedade.

#### Economia de recursos

No que tange à economia de recursos e racionalização de atividades, a Administração buscou trabalhar na readequação de custos, não apenas aqueles que envolvem despesas de grande valor. Uma das medidas adotadas no exercício de 2015 foi a contratação de serviços de limpeza e conservação de suas instalações por meio de novo modelo, baseado no desempenho de serviços prestados, ação que gerou economia de cerca de 21% em relação ao contrato anterior. A administração do TCU também

tem priorizado práticas sustentáveis de gestão, culminando na aprovação, ainda em âmbito técnico, do Programa de Logística Sustentável – TCU Sustentável.

### **Proteção do patrimônio público**

No ano de 2015, a Administração finalizou os projetos de implementação do sistema *Radio Frequency Identification* (RFID), em todo o Tribunal e das soluções de controle de acesso físico, na sede, e de registro de frequência, em todo o Tribunal. As medidas garantiram maior controle sobre os bens patrimoniais do órgão, evitando desvios e perdas, e segurança para autoridades e servidores.

### **Sistema de gestão de pessoas (SGP)**

No campo da inovação administrativa e da gestão de TI, a Administração obteve avanços significativos, no ano de 2015, com a continuidade das ações para a implantação do novo Sistema de Gestão de Pessoas do TCU (SGP), com previsão de lançamento para 2016. A expectativa é que o novo sistema gere ganhos de sinergia e produtividade dos processos de trabalho da área de pessoal do TCU.

### **E-TCU Administrativo**

O e-TCU Administrativo é o módulo do sistema de processos eletrônicos encarregado

da gestão de documentos e processos eletrônicos da área administrativa. Lançado em 2014, esse sistema passou por diversas melhorias ao longo de 2015 para incorporar novas facilidades. O e-TCU permite maior mobilidade nos processos de trabalho e economia processual, além de colaborar com o meio ambiente pela redução do consumo de papel.

### **Sistema Contrata**

O sistema Contrata, de disponibilização de contratos do TCU em área de acesso público do portal institucional, passou por desenvolvimento de nova versão. Com isso, espera-se conferir maior celeridade e praticidade à gestão de contratos.

### **Aperfeiçoamento de práticas administrativas**

As práticas administrativas estão em contínuo aprimoramento, com vistas à melhoria da eficiência e produtividade. Nesse caminho, estão sendo promovidos em todos os setores, em especial na gestão dos recursos orçamentários, a medição de indicadores de forma sistematizada, bem como a informatização da captação eletrônica de dados, a exemplo do realizado em relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) para geração e envio automatizado de declarações previstas em lei.



Em 2015, a secretaria especializada em gestão de pessoas realizou diagnóstico para identificar as principais necessidades do TCU em termos de melhorias das políticas e práticas nessa área. A partir desse estudo, foi definido o Plano de Gestão de Pessoas com projetos e ações classificados nos grupos abaixo a serem executados entre abril de 2015 e março de 2017.

Dentre os projetos e ações previstos para o biênio 2015-2016, foram conduzidas ao longo de 2015 as seguintes ações:

#### **Dados e indicadores sobre gestão de pessoas**

Para atender à prioridade de Integração Organizacional, foram definidos os indicadores básicos de gestão de pessoas que constam em painel gerencial disponível a todos os gestores e servidores. Esses números estão sendo permanentemente desenvolvidos e aperfeiçoados para uso efetivo na gestão das equipes do Tribunal, proporcionando maior transparência e acessibilidade das informações.

#### **Gestão de carreira**

Na atual gestão, foi definido processo de identificação de potenciais gestores. Com isso, o TCU poderá implantar políticas e práticas de planejamento sucessório e conduzir com eficiência a preparação e nomeação de gestores. Isso proporciona mais segurança e estabilidade nas unidades e equipes,

além de dotar efetivamente a gestão administrativa de líderes.

#### **Plano de gestão de pessoas e reestruturação do modelo de gestão por competências**

Consciente da importância do capital humano para o alcance dos seus resultados, o Tribunal avançou ainda mais na modernização e no aperfeiçoamento das práticas e dos processos de gestão de pessoas. Nesse sentido, além da instituição do Plano de Gestão de Pessoas com ações a serem implementadas no biênio 2015-2017, o TCU promoveu a reestruturação do seu modelo de gestão por competências, com a redefinição das competências de liderança, das competências pessoais e das competências técnicas de controle externo, que servirão de base para a integração de todos os processos de gestão de pessoas do Tribunal.

## Gestão do desempenho e do reconhecimento

O Programa de Reconhecimento por Resultados dos Servidores do Tribunal de Contas da União (Reconhe-Ser), instituído em 2009, foi amplamente reformulado, com a participação ativa do laboratório de inovação. Assim, em 2015, foram criadas novas categorias de premiação, a fim de promover a disseminação de boas práticas e a reprodução de ideias inovadoras: trabalhos inovadores, ideias inovadoras e trabalhos de destaque.

O principal objetivo do programa é reconhecer méritos daqueles que compõem essa instituição. O prêmio vem reforçar o compromisso do Tribunal de valorizar os resultados alcançados visando manter um bom clima organizacional. A entrega do Prêmio Reconhe-Ser é o momento de levar a público os resultados que merecem distinção, os quais só se tornam possíveis em razão do espírito inovador daqueles que participam de sua idealização e de sua efetiva-

ção. Na cerimônia, os representantes de cada trabalho premiado receberam o certificado de participação.

Além dessas iniciativas, outras ações tiveram impacto na melhoria das condições de ambiente de trabalho, da qualidade de vida e, por consequência, do desempenho dos servidores e dos resultados do TCU. Por exemplo: a) o aperfeiçoamento do processo de movimentação interna e do concurso de remoção; b) a implantação de um novo modelo de alocação e integração inicial de novos servidores com base no perfil profissional; e c) a realização de consultoria interna para diagnóstico e melhoria de aspectos relacionados ao desempenho e ao clima organizacional.

## Saúde e bem estar

A unidade especializada em saúde do TCU conduziu os seguintes programas voltados para melhoria da qualidade de vida dos servidores ativos e inativos:

◆ **Prosperare** – Programa de Educação Financeira de caráter preventivo e assistencial, com foco em aspectos financeiros, emocionais e comportamentais dos servidores;

◆ **Escolhas Conscientes** – Programa de preparação do servidor para aposentadoria;

◆ **Meditação** – Programa de meditação que tem como objetivos colaborar com a redução do estresse do servidor e fomentar a capacidade de concentração e produtividade individual e coletiva;

◆ **Projeto Piloto Ergonomia no Trabalho** – Diagnóstico sobre aspectos ergonômicos do ambiente de trabalho

para subsidiar projeto piloto de melhoria dos aspectos ambientais;

◆ **Yoga** – Programa realizado em parceria com a Associação dos Servidores do Tribunal de Contas da União (ASTCU) que tem como objetivo trabalhar o corpo e a mente para a promoção de equilíbrio interno e externo da pessoa.



Em 2015, a Administração aprovou a Política Institucional de Sustentabilidade do Tribunal – PSUS (Resolução-TCU nº 268, de 4 de março de 2015), cujo objetivo é nortear as ações internas quanto à promoção do desenvolvimento sustentável.

A Política de Sustentabilidade alinha-se às estratégias do Tribunal e tem por objetivo nortear as ações institucionais quanto à promoção do desenvolvimento sustentável. A PSUS/TCU compõe-se de iniciativas nas dimensões de gestão de pessoas e de logística sustentável.

A sustentabilidade, na dimensão gestão de pessoas, visa satisfazer às necessidades dos servidores e demais colaboradores do TCU no que se refere à acessibilidade, à qualidade de vida no ambiente de trabalho e ao desenvolvimento pessoal e profissional, de modo a aumentar a produtividade e o bem-estar no trabalho.

Nessa dimensão, 17 iniciativas, algumas em continuidade, outras inéditas, garantiram melhoria na qualidade de vida e do ambiente organizacional. Foram ações preventivas de promoção da saúde e da segurança, que inclusive resultaram na diminuição de ocorrências de doenças ocupacionais. Merecem destaque, entre outras: a) Programa de Ginástica Laboral; b) Campanha de vacinação contra a gripe; c) Programa de Preparação

para a Aposentadoria; d) Movimento Outubro Rosa (conscientização para a prevenção do câncer de mama); e) Movimento Novembro Azul (conscientização para a prevenção do câncer de próstata); f) Realização anual do Exame Periódico de Saúde; g) Disponibilização do serviço de berçário; h) Programa de reeducação alimentar.

As iniciativas referentes à logística sustentável, que têm por objetivo introduzir critérios ambientais, sociais e econômicos nas aquisições de bens e serviços do Tribunal, são conduzidas no âmbito do Plano de Logística Sustentável (PLS/TCU), coordenado pelo comitê de natureza consultiva e caráter permanente, integrado por dirigentes de diversas unidades do TCU.

Logo TCU  
Sustentável



Foto: Jefferson Rudy



Políticas Públicas e Mudanças Climáticas

A elaboração do PLS/TCU tem como base o diagnóstico da situação socioambiental do Tribunal, que englobou o levantamento de informações a respeito das obras realizadas, das práticas de desfazimento, do consumo de recursos naturais, dos principais bens adquiridos e serviços contratados, das práticas ambientais inerentes ao descarte de resíduos, bem como da necessidade de

treinamento e sensibilização sobre o tema.

O PLS/TCU é uma ferramenta de planejamento que permitirá estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos por meio de um conjunto de cinco objetivos, quatro diretrizes, 18 ações e 124 iniciativas para inserção de atributos sustentáveis na gestão logística da instituição, com vistas à redução de impactos socioambientais negativos.



Políticas Públicas e Mudanças Climáticas  
emissão de gases de efeito estufa

Por fim, como medida de destaque da logística sustentável, há que se mencionar a adesão à A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública), iniciativa do MMA, que tem como principais objetivos sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais, estimular a incorporação de critérios para gestão social e ambiental nas atividades públicas e promover a economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais.



O tema da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência constitui uma das pautas primordiais no âmbito da sociedade. O Estado brasileiro, ciente do seu papel fundamental na formação dessa sociedade mais justa, inclusiva e solidária, editou a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que prevê o direito de as pessoas com deficiência serem incluídas na vida social em todas as suas esferas.

O Tribunal de Contas da União, ciente da relevância do tema inclusão e de seu papel indutor da Administração Pública e reconhecendo como dever do Poder Público o provimento dos meios necessários ao pleno exercício da cidadania por essa parcela da sociedade brasileira, não poderia deixar de agir, no âmbito de sua atuação, para a consecução desse intento.

Assim, o Tribunal instituiu, por meio da Resolução-TCU 266, de 30 de dezembro de 2014, a Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União (Caces), com a finalidade de formular e acompanhar a implementação da Política de Acessibilidade no âmbito do TCU.

Uma vez regulamentada e instalada, a Caces realizou o Diálogo Público “Acessibilidade: um Caminho para a Inclusão”. Promoveu também, em parceria com a Universidade Maurício de Nassau, o espaço “Vivência Sensorial”. Efetou o diagnóstico das condições de acessibilidade física e de sinali-

zação das instalações da sede do TCU e elaborou, em parceria com o ISC, um plano de capacitação de servidores e colaboradores para que tenham a devida competência de lidar com assuntos relativos à acessibilidade, em seus diversos aspectos.

Por fim, adotou, com o apoio da Secretaria de Comunicação, ações como a coluna TCU sem Barreiras, publicada semanalmente no jornal interno União, para fins de divulgação de notícias, informações e esclarecimentos a respeito dos temas relativos às atribuições da Comissão de Acessibilidade.

Logo TCU  
Sem Barreiras

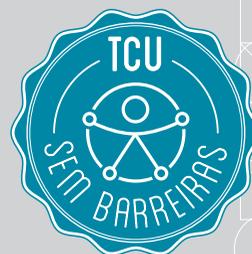


Foto: Patrick Barchini



Acessibilidade um caminho para a inclusão

Foto: Patrick Barchini



Foto: Secom divulgação



Foto: Secom divulgação



Foto: Secom divulgação





## 3.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO INOVADOR

### 3.7.1 Ampliação do uso de recursos de TI

O negócio do Tribunal de Contas da União, “Controle externo da Administração Pública e da gestão dos recursos públicos federais”, tem como insumo e produto a informação e o conhecimento, elementos altamente dependentes de tecnologia e do domínio da informação.

O Plano Estratégico do TCU 2015-2021 estabelece, entre outros, dois objetivos com foco específico em tecnologia da informação: “Aprimorar o uso da TI como instrumento de inovação para o controle” e “Desenvolver capacidade organizacional ampla para trabalhar com recursos tecnológicos”. Ainda, vários dos artefatos que constituem o Referencial Estratégico de Planejamento do Tribunal evidenciam o papel determinante da TI como instrumento para transformar a instituição e para conferir maior celeridade e capacidade de resposta.

A convivência de organizações, pessoas e coisas no espaço virtual, interagindo diretamente ou por meio de processos autônomos, enseja novas maneiras de atender demandas e prestar serviços proativamente. Por isso, os processos de trabalho precisam ser reinventados e aprimorados a cada dia com foco na articulação de conhecimentos de negócio, na análise de dados, na mine-

ração de textos, no diálogo eletrônico e no uso de plataformas de comunicação capazes de conferir às pessoas maior capacidade e autonomia de ação.

O ano de 2015 constituiu marco importante para o modelo de priorização das ações e para a inserção de novos referências de atuação amparados no uso intensivo de tecnologia e informação.

O processo de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) passou por ampla reformulação. Foram feitos investimentos significativos na concepção e experimentação de um conjunto de critérios para subsidiar a definição de prioridades com maior potencial de entrega de valor agregado para as áreas de negócio. A reformulação do referencial de priorização com uso de critérios técnicos para estabelecimento de prioridades institucionais revelou-se de fundamental importância para a realização de escolhas estratégicas, de forma estruturada, transparente e coletiva.

De fato, o plano é resultado de amplo processo de análise conjunta e diálogo realizado no âmbito das unidades coordenadoras de gestão e do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), instituído pelo Tribunal em

2011. Essa dinâmica exigiu esforço significativo das áreas envolvidas, mas favoreceu, sobremaneira, a construção de percepções e de compromissos coletivos. Além do plano e do legado de conhecimento construídos, o processo permitiu ao TCU tomar conhecimento do expressivo e crescente volume de demandas inerentes à TI associado ao descompasso com a capacidade de atendê-las.

A reformulação do modelo de planejamento e de acompanhamento do portfólio de investimentos e de ações de TI visam a conferir maior transparência e orientação estratégica no uso dos recursos de tecnologia da informação. O modelo concebido e adotado constituiu documento específico à disposição do TCU e da Administração Pública.

### 3.7.2 Painéis de informações gerenciais

Os painéis de gestão da estratégia são eficientes ferramentas de avaliação da gestão, pois, em razão de sua apresentação gráfica e de fácil análise, permitem aos gestores uma rápida e abrangente visão da performance da instituição. Um ponto positivo dessa aplicação é a estruturação geral de

indicadores, facilitando o controle, inclusive visual, do desempenho.

#### Painel de Gestão Estratégica do TCU:

Idealizado no ano de 2015 para atender às prioridades de Induzir à Eficiência do Esta-



Painel de Gestão Estratégica



Painel de Gestão de TI

do e promover a Integração Organizacional, seu lançamento está previsto para o início de 2016. O painel disponibiliza informações sobre atividades e resultados do Tribunal de Contas da União, tais como metas institucionais, ações, orçamento, fiscalizações em andamento, processos abertos, monitoramento de deliberações e gestão de pessoas.

#### **Painel de Gestão da TI**

Trata-se de um painel executivo utilizado pelas unidades coordenadoras, gestoras e provedoras de TI no monitoramento das ações, indicadores e recursos previstos

no Plano Diretor de TI (PDTI). Construído a partir da reformulação da versão anterior, o painel de gestão atual, desenvolvido em nova plataforma tecnológica, permite o acompanhamento da execução do PDTI tanto em nível operacional quanto gerencial. O painel disponibiliza informações detalhadas relativas às ações, indicadores e força de trabalho empregada, além de gráficos e estatísticas inerentes ao processo de planejamento. A ferramenta, lançada em 2015, permite uma maior transparência na alocação dos recursos de TI, contribuindo para a melhoria da maturidade do processo de planejamento e gestão das demandas da área.

### **3.7.3 Aprimoramento dos sistemas corporativos**

Os sistemas corporativos do TCU foram aperfeiçoados no ano de 2015 para facilitar o fluxo de informação, obter ganhos de produtividade nos processos de trabalho e nos serviços ofertados e melhorar a interação entre os gestores.

#### **Fiscalis 2015**

Trata-se de ferramenta informatizada para gestão e execução de fiscalizações. Diante da identificação de oportunidades de melhoria, foi realizado projeto de evolução com o objetivo de torná-lo mais aderente ao processo de fiscalização normatizado pelo Tribunal e mais amigável ao auditor. Nessa versão,

as etapas de fiscalização (planejamento, registro de evidências coletadas e elaboração de relatório) são suportadas de modo mais prático e de forma a facilitar a gestão e a qualidade das auditorias, além de possibilitar futuramente a extração de relatórios gerenciais a partir de dados consolidados.

#### **Fiscalis Obras 2015**

O módulo de fiscalização de obras também foi aperfeiçoado, com o propósito de facilitar o trabalho dos auditores nas fiscalizações de obras. Esse módulo contempla particularidades técnicas e operacionais inerentes à fiscalização de obras.

### Plataforma e-TCU

A solução de processo eletrônico adotada pelo Tribunal de Contas da União (e-TCU) passou por aprimoramentos em 2015. Foram disponibilizadas ao longo desse ano mais de trezentas evoluções em sua plataforma, de modo a promover a melhoria da solução sob o aspecto de usabilidade.

### e-TCU Gabinetes

Em 2015 investiu-se no aprimoramento do módulo do e-TCU para gabinetes, especialmente quanto às funcionalidades de pautas e funcionamento das sessões, e acréscimo de relatórios gerenciais.

---

## 3.7.4 Melhorias no Portal TCU e criação de novos sites

### Mudança do Portal TCU para nova plataforma tecnológica

A mudança de plataforma foi concebida para melhorar a performance do *site* do Tribunal. Concluído o processo de atualização tecnológica, verificou-se melhoria significativa nos indicadores de estabilidade do portal. Contudo, o ganho maior está relacionado ao fato dessa mudança conferir ao Tribunal condições para reformulação completa do portal TCU, de forma a melhor atender aos propósitos de comunicação e interação com os cidadãos e partes interessadas.

### Push de Publicações no Portal TCU

O portal do Tribunal oferecia funcionalidades distintas para envio de informações (*push*) acerca de novidades, andamento de processos e de conteúdos de documentos do Tribunal. Visando maior facilidade de

uso, esses serviços foram reorganizados e concentrados em um único produto: o Push do Portal. Nele, são cadastrados os interesses pessoais do usuário, divididos em novidades, andamento dos processos, mudança de conteúdo dos documentos do TCU, novas publicações, boletim de jurisprudência, Boletim do TCU, acordos de cooperação, informativos de licitações e contratos, dentre outros. A partir da seleção de seus objetos de interesse, o usuário passa a receber as novidades em um único informativo personalizado.

### Evolução da Pesquisa Textual:

Nova versão da solução de Consulta Textual, uma das mais importantes soluções do Tribunal, que contempla dezenove fontes de dados distintas, inclusive algumas externas, totalizando mais de 235 milhões de documentos, sendo a solução mais acessada do TCU.



### **Biblioteca Digital**

Essa funcionalidade surgiu com o intuito de incentivar a produção e a disseminação de conhecimentos necessários à atividade de controle no Tribunal. Essa ferramenta utiliza tecnologia de busca textual para consolidar documentos produzidos pelo TCU, em especial os trabalhos temáticos do controle externo. Oferece, ainda, filtros por especialização e coletânea de favoritos e pesquisa pelo inteiro teor dos conteúdos.

### **Brasil 100% Digital**

Novo *site* para divulgação de eventos com vistas à troca de experiências relacionadas à construção de serviços digitais e ao uso de dados abertos como instrumento de

transparência e controle social. Seu foco é a avaliação e a melhoria de serviços e políticas públicas, promovidos pelo TCU em parceria com a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Controladoria-Geral da União.

### **inovaTCU:**

Portal específico para a divulgação de iniciativas do programa de mesmo nome que reúne informações a respeito dos projetos de inovação que estão sendo implantados no âmbito do Tribunal. Traz também a divulgação de eventos e ações de capacitação relacionados à inovação, além de notícias relevantes sobre o tema, podendo ser acessado pelo público em geral.

---

## **3.7.5 Modernização de serviços de infraestrutura tecnológica**

### **Nova solução de videoconferência**

Em 2015 foi concluído o processo de contratação de nova solução, mais moderna e robusta, para transmissão de videoconferências. O serviço irá atender todas as secretarias de estados, o ISC, além de diversos pontos na sede. A solução permitirá economia significativa de recursos e de tempo, evitando o deslocamento físico dos servidores para participar de cursos e reuniões, além de maior agilidade na tomada de decisões

### **Serviço de compartilhamento de arquivos em nuvem**

Proporcionará ganho de produtividade, principalmente para tarefas colaborativas. Possui funcionalidades idênticas às dos *sites* de armazenamento na *web* (*Dropbox*, *GoogleDrive*, *iCloud*), com a segurança de nuvem privada provida pelo Tribunal e acessível fora das dependências da instituição.



	JAN	FEB	MAR	APR	MAY	JUN	JUL
Product A	12,897	17,283	45,875	45,826	45,869	45,786	45,789
Product B	879	38,394	325	2,354	2,546	56,984	35,789
Product C	9,873	8,475	1,475	5,687	5,647	14,756	2,654
Product D	5,436	9,685	2,658	45,639	2,145	66,985	45,789
Product E	1,287	45,861	25,694	45,214	12,646	28,598	15,754
Product F	14,653	56,984	21,478	54,786	14,785	21,456	35,482
Product G	2,762	358	10,026	2,542	65,934	15,754	21,456
Product H	358	9,635	4,587	15,478	14,785	21,456	35,482
Product I	87,364	38,598	1,475	225	3,558	26,554	14,785
Product J	65,342	1,475	3,200	25,568	14,785	21,456	35,482
Product K	2,893	3,200	1,475	25,568	14,785	21,456	35,482

# NÚMEROS DO TCU

O TCU, no cumprimento de sua missão institucional, verifica a efetividade dos serviços prestados pela Administração Pública à sociedade, notadamente quanto à melhoria de gestão, do desempenho e da transparência. Assim, além do regular julgamento das contas, o Tribunal atua de forma a coibir os desperdícios, as fraudes e os desvios de recursos públicos, bem como avalia a adequação das atividades governamentais, valendo-se das mais avançadas técnicas de auditoria internacionais.

No ano de 2015 merece destaque o benefício financeiro total decorrente da atuação do TCU, que alcançou a ordem de R\$ 23,884 bilhões de reais. Dessa forma, considerando que o custo de funcionamento do Tribunal é da ordem de R\$ 1,783, para

cada real investido no período, o país economizou R\$ 13,40.

Ainda teve relevância, a atuação prévia mediante a adoção de 80 medidas cautelares, referentes a aplicação de recursos superiores a R\$ 1,52 bilhões de reais. Isso evidencia a atuação proativa do Tribunal em relação à despesa pública, com vistas a evitar a concretização de danos ao erário.

Na tabela da página 108, são apresentados apenas alguns resultados decorrentes da ação de controle do Tribunal, mas que reafirmam o compromisso e empenho desta Instituição na busca pela melhoria contínua do desempenho da Administração Pública, de modo a proporcionar economia de recursos ao Governo Federal e prestação de serviços públicos de qualidade à sociedade.

Para cada real investido no período, o país economizou R\$ 13,40



R\$ 1,00



R\$ 13,40



## Principais resultados do TCU no ano de 2015

Benefício potencial total das ações de controle	R\$ 23,884 bilhões
Montante envolvido nas medidas cautelares adotadas	R\$ 6,991 bilhões
Quantidade de responsáveis condenados em débito e/ou multados	3.318
Valor das condenações	R\$ 6,6 bilhões
Fiscalizações concluídas	595
Processos de controle externo julgados conclusivamente	5.628
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	177
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	74
Arresto de bens de responsáveis	66
Indisponibilidade de bens de responsáveis	06
Medidas cautelares adotadas	80
Atos de pessoal analisados	83.007
Processos de cobrança executiva formalizados	3.270
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 1,52 bilhão
Acórdãos proferidos	22.433
Número de atendimentos realizados pela Ouvidoria do TCU	10.807
Indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos comunicados à Ouvidoria do TCU	1.067

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços tecnológicos e as soluções inovadoras que transformam o mundo dos negócios nos tempos atuais também influenciam estratégias, métodos e processos do aparelho estatal e causam inevitáveis impactos na capacidade de agir dos órgãos vocacionados a controlar a atividade do Estado.

Em 2015, o Tribunal de Contas da União utilizou a tecnologia da informação, a inovação e as parcerias com outras instituições como base para dar maior efetividade às suas estratégias de controle externo, movido pela convicção de ser esse o melhor caminho para alcançar seus objetivos de longo prazo, definidos no Plano Estratégico que orienta suas ações até 2021.

O primeiro ano de execução dessas estratégias produziu resultados animadores, convenientemente narrados ao longo deste relatório. As auditorias realizadas em órgãos, projetos e programas de governo passaram a ser orientadas por análise de dados, o que permitiu evoluir da abordagem convencional de avaliar atos e fatos do passado,

para dar ensejo às auditorias de caráter preditivo. Dessa forma, concentra-se energia em evitar a ocorrência de falhas e irregularidades, em vez de despender esforços na correção de desvios já ocorridos, estes mais difíceis de serem reparados.

Os métodos de avaliação de obras públicas, empreendimentos e condições de sustentabilidade ambiental são robustecidos com o emprego de métodos quantitativos, imagens de alta definição e técnicas de geoprocessamento, resultando maior economia da ação fiscalizadora, redução do tempo de exame e maior efetividade no controle das ações governamentais.

Assentado na premissa de aumentar a interação com a sociedade para qualificar a atuação e melhor atender aos anseios da população, a Corte de Contas apostou no desenvolvimento de aplicativos móveis para facilitar a comunicação com o cidadão, capturar suas percepções e sugestões e, assim, corresponder às expectativas de seus clientes.

No tocante às parcerias, houve investimento em duas dimensões. No âmbito interno, concentrou-se esforços em implantar o Tribunal uno, o que significa promover maior integração e sinergia das diversas unidades da Casa, de modo que todos protagonizem conquistas relevantes para atuação do controle, seja em unidade central ou descentralizada, esteja ela atuando diretamente na atividade fiscalizadora ou nas funções técnico-administrativas.

No ambiente externo, as fronteiras da organização foram expandidas por meio de alianças que permitiram executar trabalhos cooperativos com outros entes nacionais e internacionais. A atuação isolada cede lugar às redes, que possuem maior capacidade de perceber necessidades e endereçar soluções. Aprimorou-se, também, a noção sobre a cadeia de valor responsável por avaliar as políticas governamentais, dessa forma, o relacionamento com o Congresso Nacional mereceu especial atenção do TCU, por meio de participação nas audiências públicas e nas discussões de interesse da nação.

As autoridades e servidores que integram o Tribunal foram estimuladas e desafiadas a crescer e se preparar para o desafio de construir uma organização inteligente, que aprende continuamente e tem capacidade para desenvolver e disseminar novos métodos de trabalho na velocidade das mu-

danças que transformam o planeta a cada instante.

Visando o desenvolvimento da inteligência organizacional, foi implantado o laboratório de pesquisa e inovação para o controle (coLAB-i), com objetivo de estimular estudos e criar novos métodos aplicáveis à atividade de governo. Preocupado em favorecer a capacitação de parceiros externos, o TCU assumiu a presidência do Comitê de Criação de Capacidades da Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superior - Olacefs. Com isso, poderá ampliar os projetos de capacitação de auditores e gestores públicos em toda a região.

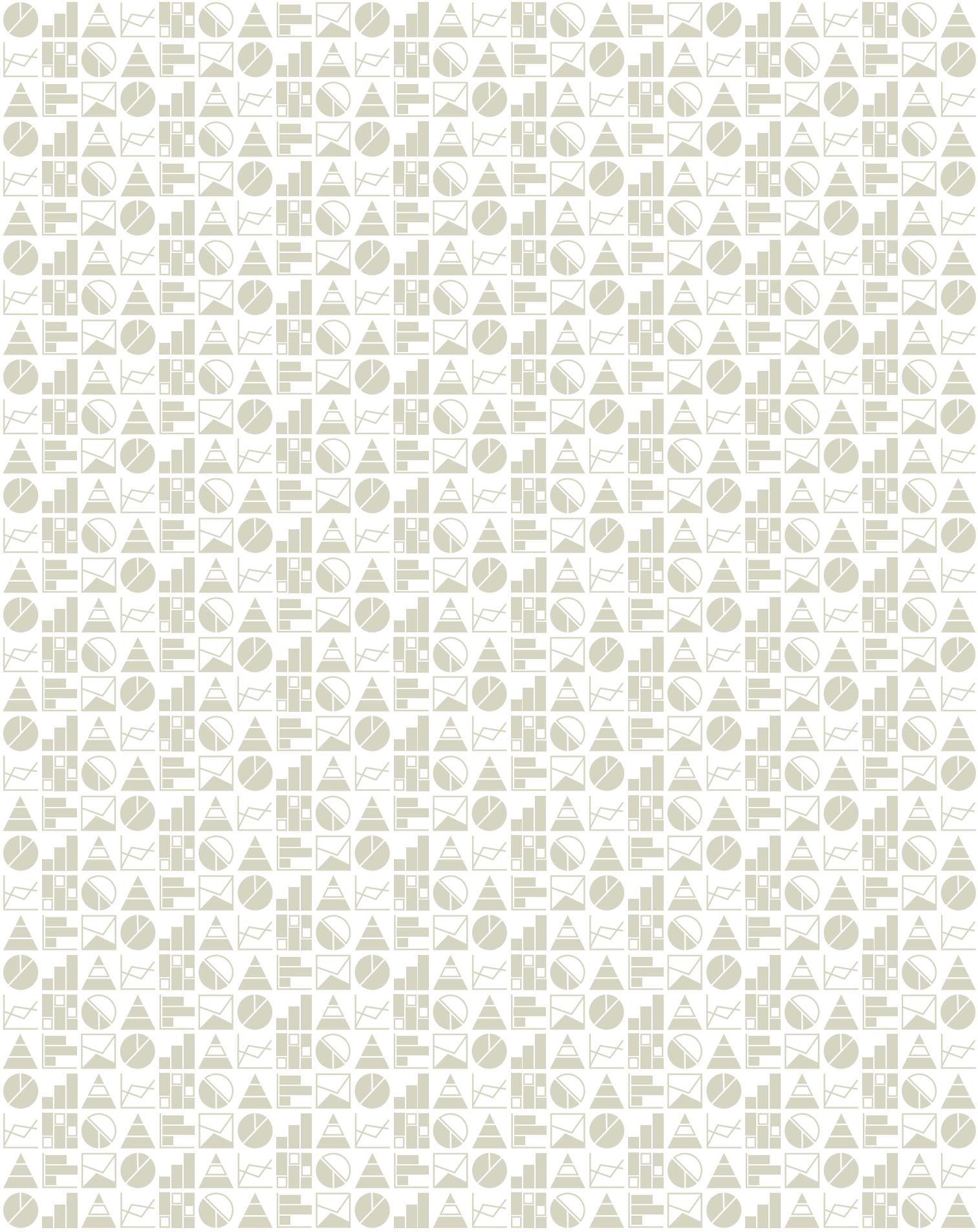
O ambiente de solicitude que favorece a capacitação humana para o trabalho está em franco aprimoramento. O Instituto Serzedello Corrêa, unidade educacional do Tribunal, obteve autorização do Ministério da Educação para prover cursos de pós-graduação e está sendo contemplado com espaços físicos, projetos acadêmico e pedagógico coerentes com o uso de novas tecnologias aplicáveis em cada caso.

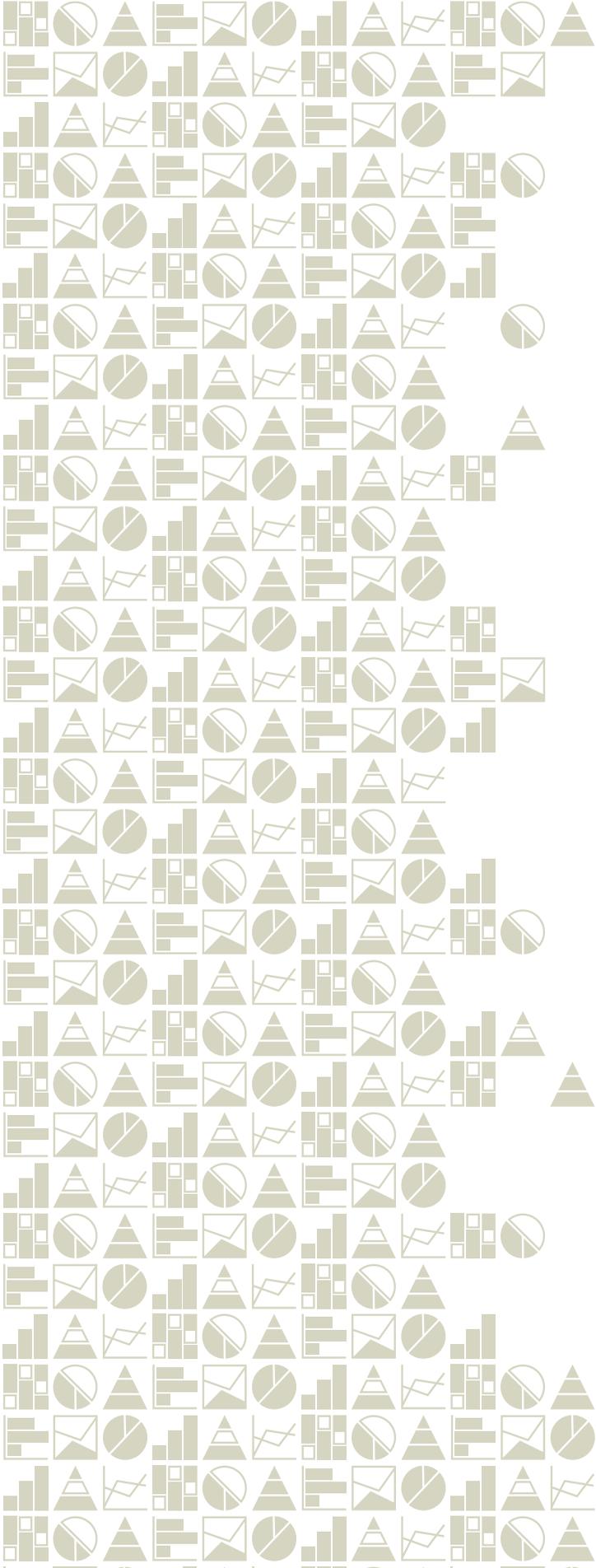
As mudanças introduzidas em 2015 na estrutura, nos processos e no modo de atuar do TCU, sugerem que se iniciou a implantação de uma organização bimodal, visto ser possível identificar a adoção de duas estratégias distintas: uma de sustentação

das ações fundamentais do órgão, fundada na existência de processos mais estáveis, de resultados previsíveis, regulados por normas e amparados por regras de conformidade e governança; Outra, de caráter experimental, focada na prospecção de métodos de trabalho inovadores, ágeis, flexíveis e capazes de assegurar a sobrevivência da organização no futuro.

Essa e outras conquistas relatadas são mudanças que se consolidam no longo prazo, porque revestem-se de alta complexidade, transformam a cultura organizacional e confrontam crenças eventualmente arraigadas na mente das pessoas. Em razão disso, os anos seguintes serão decisivos para que as soluções experimentadas e os resultados obtidos sejam disseminados, ampliados e se tornem sustentáveis e irreversíveis.

Isso posto, ressaltam-se os projetos que ainda vão requerer investimento mais concentrado em 2016 e nos anos seguintes, conforme preveem os planos institucionais: análise semântica de textos para automatizar instrução de processos de conformidade; ampliação do portfólio de algoritmos para auditoria contínua e preditiva; desenvolvimento de novos aplicativos móveis para permitir maior participação da sociedade na atividade do Estado; ampliação da abertura de dados governamentais para incrementar o controle social exercido pelo cidadão; melhoria e atualização do Portal TCU na internet; e consolidação do Instituto Serzedelo Corrêa como universidade corporativa vocacionada a formar profissionais capazes de atuar de forma sistêmica no aperfeiçoamento da Administração Pública.





### **Responsabilidade pelo Conteúdo**

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

### **Responsabilidade Editorial**

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão  
Secretaria de Comunicação (Secom)  
Núcleo de Criação e Editoração (NCE)

### **Projeto Gráfico, Diagramação e Capa**

Núcleo de Criação e Editoração (NCE)

### **Fotos**

Secom/divulgação  
iStockphoto

### **Ouvidoria**

0800 644 1500  
ouvidoria@tcu.gov.br

### **Tribunal de Contas da União**

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão  
SAFS Quadra 4 Lote 1  
Edifício Anexo II Sala 441  
70.042-900 Brasília - DF  
(61) 3316 7498  
seplan@tcu.gov.br

### **Impresso**

Sesap/Segedam



**Missão**

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo.

**Visão**

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.

[www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)

